



LISBON  
SCHOOL OF  
ECONOMICS &  
MANAGEMENT  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

**MESTRADO**  
**CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS**  
**EMPRESARIAIS**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
**DISSERTAÇÃO**

**OS FATORES QUE INFLUENCIAM A LITERACIA FISCAL**  
**DA SOCIEDADE PORTUGUESA: UM ESTUDO NO**  
**ÂMBITO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS**  
**PESSOAS SINGULARES**

**MARGARIDA DE JESUS DOURADO DOS SANTOS**

**OUTUBRO 2019**



LISBON  
SCHOOL OF  
ECONOMICS &  
MANAGEMENT  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

**MESTRADO**  
**CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS**  
**EMPRESARIAIS**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
**DISSERTAÇÃO**

**OS FATORES QUE INFLUENCIAM A LITERACIA FISCAL**  
**DA SOCIEDADE PORTUGUESA: UM ESTUDO NO**  
**ÂMBITO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS**  
**PESSOAS SINGULARES**

**MARGARIDA DE JESUS DOURADO DOS SANTOS**

**ORIENTAÇÃO:**

**MESTRE JOÃO PAULO MORAIS CANEDO**

**OUTUBRO 2019**

## RESUMO

A presente dissertação aborda a temática da Literacia Fiscal da Sociedade Portuguesa. De facto, existe um conjunto alargado de fatores que parecem exercer influência no conhecimento fiscal, pelo que foi desenvolvido um estudo para o caso específico do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

Para testar o modelo estatístico, foram recolhidos dados através da aplicação de um inquérito por questionário *online* direcionado para a população portuguesa em geral, com idade igual ou superior a 18 anos e que já se encontram a auferir rendimentos. O inquérito por questionário circulou durante os meses de julho e de agosto, sendo que se conseguiu obter um total de 201 respostas. Para a análise dos dados recolhidos, aplicou-se o Modelo *Odds Ratios*, uma extensão do Modelo de Regressão Linear Simples e Múltipla.

Os resultados da investigação permitem concluir que fatores como o género, o nível de rendimento, o nível de escolaridade e o cumprimento fiscal estão relacionados com o nível de literacia fiscal. De entre todas estas variáveis, o género e o nível de rendimento são as que mais influenciam o conhecimento fiscal. Por outro lado, verificou-se que a idade dos contribuintes, a sua categoria profissional, bem como a natureza profissional privada ou pública, em nada contribuem para este nível de literacia fiscal.

**Palavras-Chave:** *Fiscalidade, Sistema Fiscal Português, Literacia Fiscal, Cumprimento Fiscal, IRS*

**Classificação JEL:** H20, H22, H24, H26, H29

## **ABSTRACT**

The present dissertation explores the Fiscal Literacy of the Portuguese Society theme. There is an extended set of factors that seem to influence tax knowledge, and so, it was developed a study for the specific case of Personal Income Tax.

In order to test the statistic model, primary data was collected through an online questionnaire oriented to the general Portuguese population, aged 18 or older that are already earning income. The survey by questionnaire circulated during July and August, with a total of 201 responses. The Odds Ratios Model, an extension of the Simple and Multiple Linear Regression Model, was applied.

The outcome of the research allows to conclude that factors such as gender, the level of income, level of education and tax compliance, are related to the level of tax literacy. Among all these variables, the gender and income are highlighted as the factors with the highest influence on fiscal knowledge. On the other hand, it turns out that the age of taxpayers, their professional category, as well as their professional nature (i.e., private or public nature), do not contribute for this level of tax literacy.

**Key-Words:** *Taxation, Portuguesa Tax System, Fiscal Literacy, Tax Compliance, IRS*

**JEL Classification:** H20, H22, H24, H26, H29

## **AGRADECIMENTOS**

Sendo que a realização da presente dissertação simboliza um momento muito importante, cabe-me agradecer a todos aqueles que fizeram, de alguma forma, parte desta caminhada.

Em primeiro lugar, quero agradecer à minha família porque sem eles nada disto seria possível. Ainda assim, gostaria de dar um agradecimento especial à minha mãe e à minha tia pois foram, sem dúvida, os meus maiores pilares para todo o meu percurso académico. Obrigada por todo o apoio, tenha sido ele financeiro, emocional ou motivacional.

Em segundo lugar, quero agradecer ao meu namorado e aos meus amigos, que sempre conseguiram arranjar palavras de força quando mais precisei e não permitiram que alguma vez desistisse desta batalha.

Para terminar, mas não sendo menos importante, gostaria de agradecer ao meu orientador, o professor João Canedo, por todo o apoio e tempo despendido, bem como os conselhos que permitiram a elaboração desta dissertação.

O meu mais sincero e especial obrigada a todos vós.

*«Quem caminha sozinho pode até chegar mais rápido, mas aquele que vai acompanhado, com certeza vai mais longe.»*

Clarice Lispector

## ÍNDICE

<b>RESUMO.....</b>	<b>i</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>ii</b>
<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>iii</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS .....</b>	<b>vi</b>
<b>ÍNDICE DE TABELAS .....</b>	<b>vi</b>
<b>ÍNDICE DE ANEXOS .....</b>	<b>vii</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS.....</b>	<b>viii</b>
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1.1. <i>Objeto de estudo .....</i>	1
1.2. <i>O problema e objetivos de investigação .....</i>	1
1.3. <i>Enquadramento do tema e delimitação de âmbito .....</i>	2
1.4. <i>Estrutura da Dissertação .....</i>	2
<b>2. REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>3</b>
2.1. <i>O conceito de Literacia.....</i>	3
2.2. <i>Literacia Fiscal.....</i>	4
2.3. <i>Literacia Fiscal nas sociedades e a educação fiscal .....</i>	7
2.4. <i>Perceção dos indivíduos sobre o mundo dos impostos e o seu cumprimento fiscal</i>	9
<b>3. METODOLOGIA E DADOS.....</b>	<b>13</b>
3.1. <i>Método .....</i>	13
3.2. <i>Hipóteses a testar.....</i>	14
3.3. <i>Inquérito por questionário .....</i>	15
3.4. <i>Variáveis .....</i>	16
3.4.1. <i>Variável Dependente .....</i>	16
3.4.2. <i>Variáveis Independentes .....</i>	16

---

3.4.2.1.	<i>Género</i> .....	16
3.4.2.2.	<i>Idade</i> .....	16
3.4.2.3.	<i>Nível de Rendimento</i> .....	16
3.4.2.4.	<i>Nível de Escolaridade</i> .....	16
3.4.2.5.	<i>Categoria profissional</i> .....	17
3.4.2.6.	<i>Natureza do Emprego</i> .....	17
3.4.2.7.	<i>Cumprimento Fiscal</i> .....	17
3.5.	<i>Modelo Odds Ratios</i> .....	17
<b>4.</b>	<b>ANÁLISE DE RESULTADOS</b> .....	<b>18</b>
4.1.	<i>Amostra</i> .....	18
4.2.	<i>Discussão de Resultados</i> .....	20
<b>5.</b>	<b>CONCLUSÕES, CONTRIBUTOS, LIMITAÇÕES E INVESTIGAÇÃO FUTURA</b> .....	<b>24</b>
5.1.	<i>Principais conclusões e contributos</i> .....	24
5.2.	<i>Limitações</i> .....	26
5.3.	<i>Investigação Futura</i> .....	27
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>28</b>
	<b>ANEXOS</b> .....	<b>34</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

**Figura 1** – Relação entre Educação fiscal, Literacia Fiscal e Conhecimento Fiscal ..... 7

**Figura 2** – *Outliers* ..... 44

## ÍNDICE DE TABELAS

**Tabela I** – Variáveis relacionadas com a literacia fiscal e a respetiva conclusão ..... 12

**Tabela II** – Estatísticas de colinearidade ..... 20

**Tabela III** – Variáveis na equação..... 21

**Tabela IV** – Parte 1 – Dados pessoais e gerais..... 34

**Tabela V** – Parte 2 – Sistema Fiscal e IRS ..... 35

**Tabela VI** – Parte 3 – Cumprimento Fiscal..... 38

**Tabela VII** – Parte 1 – Dados sociodemográficos (amostra utilizada)..... 39

**Tabela VIII** – Parte 2 – Questões para aferir o nível de literacia fiscal dos contribuintes (amostra utilizada) ..... 40

**Tabela IX** – Parte 3 – Dados relativos ao cumprimento fiscal dos inquiridos (amostra utilizada) ..... 43

**Tabela X** – Resumo de processamento do caso..... 44

**Tabela XI** – Codificação da variável dependente..... 44

**Tabela XII** – Tabela de Classificação do Bloco inicial..... 45

**Tabela XIII** – Histórico de interação do Bloco inicial ..... 45

**Tabela XIV** – Tabela de Classificação do modelo com as variáveis independentes..... 45

**Tabela XV** – Testes de coeficientes do Modelo Omnibus ..... 45

**Tabela XVI** – Resumo do Modelo ..... 46

**Tabela XVII** – Teste de Hosmer e Lemeshow ..... 46



## **ÍNDICE DE ANEXOS**

<b>Anexo 1</b> - Inquérito por questionário .....	<b>34</b>
<b>Anexo 2</b> – Análise dos dados recolhidos e selecionados para a amostra .....	<b>39</b>
<b>Anexo 3</b> – <i>Outputs</i> SPSS para a análise das hipóteses formuladas.....	<b>44</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CIRS - Código do Imposto sobre o Rendimento das pessoas Singulares

INE - Instituto Nacional de Estatística

IRS - Imposto sobre o Rendimento das pessoas Singulares

ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão

MLG - Modelo Linear Generalizado

NIF - Número de Identificação Fiscal

NLF - Nível de Literacia Fiscal

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PIB - Produto Interno Bruto

SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*

UL - Universidade de Lisboa

VIF - *Variance Inflation Factor*

## **1. INTRODUÇÃO**

### ***1.1. Objeto de estudo***

As matérias fiscais estão vigentes no nosso quotidiano, onde quer que vamos e nos pequenos atos da nossa rotina. Com matérias mais ou menos polémicas, com leituras mais ou menos pedagógicas, é essencial que as matérias fiscais continuem a ser temáticas de extrema importância e de interesse comum (Azevedo, 2015). Todavia, a preocupação em torno destes assuntos tem vindo a dispersar-se, uma vez que os indivíduos estão cada vez menos interessados em dominar e desenvolver competências nestas áreas e não procuram obter mais conhecimentos em relação às mesmas. Tal facto foi comprovado por um estudo do Observatório Cetelem de Literacia Financeira (2018), publicado no Jornal Económico, que concluiu que entre a população portuguesa não existe um forte conhecimento de conceitos económicos e ainda são poucos aqueles que consideram ter um bom nível de literacia financeira.

### ***1.2. O problema e objetivos de investigação***

No ano que agora finda, a carga fiscal em Portugal atingiu o valor de 35,4% do Produto Interno Bruto (PIB), ficando um ponto percentual acima do número registado no ano anterior e sendo também a mais alta carga fiscal desde, pelo menos, 1995, segundo a informação divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Face a estes valores e às notícias que surgiram relativamente aos mesmos, o Ministério das Finanças veio contestar a ideia de que o atual Governo aumentou a carga fiscal, defendendo que as medidas de política adotadas pelo Governo ao longo dos últimos três anos contribuíram para reduzir a carga fiscal estrutural<sup>1</sup> tendo resultado, em termos líquidos, numa perda de receita.

De acordo com Rua (2018), muitos cidadãos não entendem de que forma são aplicados os impostos, nem percebem como eles retornam em forma de benefícios (tais como o acesso à educação, à segurança, à saúde, entre outros). Devido a esta falta de conhecimento por parte dos contribuintes, muitas vezes as obrigações tributárias são fonte de conflito e insatisfação entre os cidadãos e as Administrações Fiscais.

---

<sup>1</sup> A carga fiscal estrutural de um país corresponde à relação percentual entre o total dos impostos e contribuições efetivas para a Segurança Social e o PIB.

Além disso, a complexidade dos sistemas fiscais e a influência que exercem na literacia e na evasão fiscal são um dos maiores problemas existentes, sendo que a maior parte dos contribuintes não está satisfeita com a complexidade do sistema fiscal (Kirchler *et al.*, 2008). É certo que não existe literacia fiscal na maioria da população e isso faz com que os indivíduos se tornem menos cumpridores (Lewis, 1982).

Face ao exposto anteriormente, é neste âmbito que surge a presente investigação, direcionada para a Literacia Fiscal dos Contribuintes Portugueses no âmbito do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (adiante, abreviadamente IRS), tendo como objetivo fulcral aferir quais os fatores que mais influenciam o nível de conhecimento das matérias fiscais.

### ***1.3. Enquadramento do tema e delimitação de âmbito***

Nas sociedades modernas, as Administrações Fiscais são como um poderoso instrumento para alterar o comportamento dos contribuintes, nomeadamente no que diz respeito à educação e à literacia fiscal (Nichita, 2015).

São os impostos que permitem ao Estado cumprir a sua missão e, assim, podemos dizer que, de certa forma, o «*Estado somos nós*» (Azevedo, 2015, p. 1). Neste sentido, a sociedade devia exigir ainda mais esclarecimentos e explicações, tendo em ponderação a crescente responsabilidade que pesa sobre os seus ombros em matérias fiscais (Azevedo, 2015).

Tendo em consideração o supracitado, entende-se que uma maior literacia fiscal fará com os contribuintes não encarem o imposto como um mero poder para o Estado, nem como um mero sacrifício, mas antes como um contributo indispensável a uma vida em comum e próspera a todos os membros da comunidade organizada em Estado (Nabais, 1998).

### ***1.4. Estrutura da Dissertação***

O presente estudo, relacionado com o grau de literacia fiscal da população portuguesa, está direcionado para o IRS devido ao facto de ser um imposto presente nas vidas de todos os cidadãos a partir do momento em que começam a exercer atividade profissional.

Este estudo está dividido em duas secções, que se podem considerar devidamente identificadas e distintas. A primeira respeita a uma componente teórica, onde se expôs o que se pretende com a presente dissertação, tendo sido referido o tema, os objetivos, bem como o respetivo enquadramento do tema. Realizar-se-á um enquadramento teórico sobre

os principais conceitos relacionados com o tema, sendo eles: a literacia, a literacia fiscal, a educação fiscal e a perceção dos indivíduos relativamente ao mundo dos impostos e o seu cumprimento fiscal.

Ainda dentro desta primeira parte, será abordada a metodologia e os dados recolhidos e utilizados. Esta secção descreve o método de investigação, as hipóteses a testar e que permitiram o desenvolvimento do inquérito por questionário, as variáveis definidas para a pesquisa bem como as técnicas estatísticas a utilizar.

Na segunda secção, considerada uma parte prática, serão apresentados os resultados do estudo efetuado através do inquérito por questionário. Começar-se-á por efetuar a realização dos testes estatísticos e, simultaneamente, comparar os resultados obtidos com alguns estudos apresentados na revisão de literatura. Por fim, são evidenciadas as conclusões que foram alcançadas, algumas limitações enfrentadas e sugestões para trabalhos de investigação futuros.

## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

### ***2.1. O conceito de Literacia***

A palavra literacia, de origem inglesa *literacy*, tem uma definição simples: a capacidade de ler e escrever. Porém, o seu significado tem vindo a estar sujeito a um debate sem fim, principalmente em temas europeus, uma vez que não existe uma tradução direta em muitos idiomas para este termo (Mallows, 2017).

Autores como Gambrell & Morrow (1995) e Martins *et al.* (2000) defendem que o termo literacia tem vindo a desenvolver-se ao longo dos anos, estando associado à capacidade de utilização da leitura e da escrita, em diferentes graus e funções, distinguindo-se, por sua vez, do conceito de alfabetização pois este último, apesar de referir-se ao conhecimento da língua escrita, não tem em consideração o seu nível.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) definiu<sup>2</sup>, em 1995, a literacia como sendo a «*capacidade para entender e usar a informação escrita no dia-a-dia, em casa, na escola e na comunidade de forma a conseguir os objetivos pessoais e desenvolver o próprio conhecimento e as capacidades próprias*».

---

<sup>2</sup> Consultar ANA PEREIRA, Literacia Fiscal: um estudo empírico, Tese de Mestrado em Contabilidade, Universidade de Aveiro, 2014, p. 7.

Segundo o ponto de vista de Benavente (1996), na literacia não se trata de saber o que é que as pessoas aprenderam, mas sim de saber o que é que, nas demais situações da vida, as pessoas são capazes de pôr em prática. A literacia aparece, assim, definida como a capacidade de processamento da informação escrita aplicada na vida quotidiana. A autora anteriormente referida sugere ainda que para se conseguir viver nas sociedades contemporâneas e perceber os diversos mecanismos de funcionamento, que têm vindo a ser cada vez mais complexos, é necessário gerir uma variada gama de informações que nos chegam de diversas formas.

De acordo com o estudo de Murray *et al.* (2009), ao longo dos últimos anos, tem-se vindo a verificar um aumento no investimento do ensino básico e secundário, em Portugal. Porém, o retorno destes investimentos não tem vindo a corresponder às expetativas desejadas, nem têm produzido o aumento necessário nos índices de literacia. Se Portugal deseja aumentar estes indicadores, terá de reforçar os seus investimentos porque só assim conseguirá competir em termos internacionais.

Adicionalmente, os autores acima referidos são ainda da opinião de que a literacia se tornará um elemento ainda mais relevante e determinante do progresso económico e social à medida que a estrutura da economia global evolui, uma vez que desempenha um papel central na determinação dos níveis de eficácia fiscal e nos resultados recebidos das atividades dos Governos. Assim sendo, e para que seja possível obter êxito nestes domínios, o investimento público deve ser apoiado com argumentos económicos dando foco no caso da literacia.

## **2.2. Literacia Fiscal**

Conforme foi referido anteriormente, a literacia, de forma simples, é a capacidade de ler e escrever. A Literacia Fiscal é uma área específica da Literacia Financeira, sendo um conceito relativamente recente (Chardon, 2014).

De acordo com o ponto de vista de Machado (2019) a literacia financeira *«faz parte do nosso quotidiano e desempenha um papel determinante não só para uma economia mais saudável, como para uma sociedade mais informada do impacto das suas decisões financeiras»*. Será mais fácil captar a atenção dos indivíduos para os conceitos de literacia financeira se estes tiverem consciência da razão pela qual é essencial trabalhá-los e o quão importantes são. Como não se encontram munidos das ferramentas necessárias, a maior

parte dos portugueses não consegue decidir corretamente em termos financeiros (Bairrada, 2016).

De forma a que os consumidores sejam bem-sucedidos nas suas escolhas financeiras, devem obter ou, pelo menos, procurar obter, um certo nível de literacia financeira (Cvrlje, 2015). Por outro lado, o autor atrás referido salienta que as matérias fiscais têm vindo a ser excluídas da agenda da literacia financeira e que tal facto revela-se preocupante, uma vez que os conhecimentos fiscais influenciam, de certa forma, o bem-estar dos indivíduos e do seu agregado familiar.

Os indivíduos que possuem literacia fiscal, na perspetiva de Tojal (2011), são aqueles que têm capacidade para obter, processar e entender informação básica em fiscalidade. Pereira (2014) complementa este conceito, explicando que quando um indivíduo tem competências para compreender e interpretar o funcionamento geral dos impostos, permitindo-lhe tomar decisões mais conscientes e úteis nas diferentes tarefas do seu quotidiano, tem então literacia fiscal. Percebe-se, assim, que as definições apresentadas estão em harmonia.

Por sua vez, entendem Eriksen & Fallan (1996) que a literacia fiscal é importante para que os indivíduos sejam capazes de tomar as suas decisões e percebam as suas escolhas no momento da tributação, enquanto Bhushan & Medury (2013) definem a literacia fiscal como o conhecimento que um contribuinte deve possuir para conseguir tomar decisões tributárias inteligentes e eficientes.

Por outro lado, Grzybovski & Hahn (2006) consideram a literacia fiscal como a passagem de informações aos contribuintes, sobre os seus direitos e deveres, para que estes possam cumprir as suas obrigações fiscais. Madi *et al.* (2010) acreditam que a noção de literacia fiscal é comum à de literacia funcional<sup>3</sup> e defendem que a literacia fiscal é definida de uma forma mais prática, sendo algo relacionado com a capacidade para preencher a declaração de rendimentos e cumprir com as obrigações fiscais de forma independente.

Todavia, e conforme referem Kusumawati *et al.* (2006), há muitos contribuintes que continuam a não entender como calcular os seus impostos e como devem cumprir as suas

---

<sup>3</sup> A literacia funcional é definida como a capacidade que um indivíduo possui para usar as suas capacidades na leitura, interpretação de documentos e realização de cálculos quantitativos em situações da vida real (Madi *et al.*, 2010, p. 219).

obrigações declarativas. Em contrapartida, há quem viole intencionalmente as regras fiscais, aproveitando-se das lacunas existentes na lei.

Contudo, não existe uma medida uniforme para testar e quantificar a literacia fiscal, uma vez que os inquéritos feitos e programas desenvolvidos para melhorar a literacia fiscal ainda são muito limitados (Moučková & Vitek, 2018).

De acordo com o estudo realizado por Chardon *et al.* (2016), a confiança em questões fiscais é suscetível a ser menor para as mulheres, para faixas etárias mais jovens, para aqueles com níveis mais baixos de educação, bem como para aqueles com menor exposição ao trabalho remunerado e com rendimentos mais baixos. As questões de género e a literacia fiscal também foram estudadas por Eriksen & Fallan (1996), sendo que as suas conclusões indicam que os indivíduos de sexo masculino têm uma maior literacia fiscal relativamente aos do sexo feminino.

Por outro lado, Ritsema & Thomas (2003) salientam que o nível de rendimento está positivamente relacionado com o imposto devido e isso faz com que à medida que o nível de rendimento aumenta, o nível de conhecimento fiscal dos indivíduos também seja maior. Da mesma forma, Manaf *et al.* (2005) relatam que, de entre várias categorias de rendimento, os contribuintes com um nível de rendimento médio são os mais cumpridores das suas obrigações fiscais.

Jackson & Millirion (1986) salientam que o nível de educação dos contribuintes explica a sua capacidade e perceção para compreender as obrigações fiscais, uma vez que quanto maior for o nível de escolaridade, maior será a aptidão dos indivíduos para compreender sistemas fiscais complexos e, posteriormente, maior será o nível de cumprimento fiscal.

A literacia fiscal está correlacionada com as atitudes face à tributação, de acordo com o estudo efetuado por Eriksen & Fallan (1996). Estes autores sugerem que o comportamento tributário dos indivíduos pode ser melhorado caso exista uma maior compreensão das leis fiscais. Os contribuintes devem procurar obter mais conhecimento em relação aos impostos de forma a ser melhorada a sua ética tributária, que resultará num aumento do seu cumprimento fiscal.

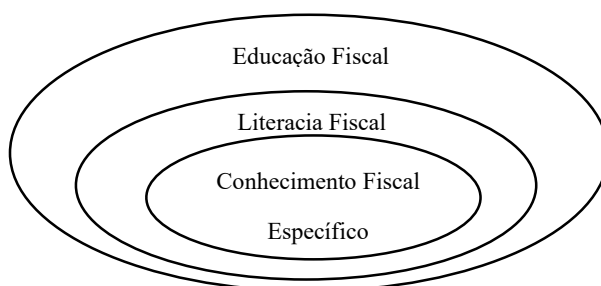
Bhushan & Medury (2013) descobriram que o nível de literacia fiscal varia significativamente entre os indivíduos e também é afetado pelo género, idade, escolaridade, rendimento, natureza do emprego (entenda-se, natureza privada ou pública) e local de trabalho.



Contudo, e como diz Singh (2003), o conhecimento fiscal em geral dos contribuintes também está correlacionado com a capacidade que estes têm para compreender e entender as leis e a sua habilidade para cumpri-las.

A complexidade dos sistemas fiscais e a influência que exercem na literacia e na evasão fiscal foi estudada por Kirchler *et al.* (2008). Os autores concluem que a maior parte dos contribuintes não estão satisfeitos com a complexidade do sistema fiscal e que, caso este fosse mais simples, teriam mais tendência a colaborar. De qualquer modo, é certo que não existe literacia fiscal na maioria da população e isso faz com que os indivíduos se tornem menos cumpridores (Lewis, 1982).

Torna-se então claro que existem diversos fatores que influenciam a literacia fiscal dos contribuintes. Na verdade, e como diz Lopes (2008), a literacia fiscal está relacionada com outras vertentes, pelo que podemos ter, em suma, o seguinte esquema:



**Figura 1** – Relação entre Educação fiscal, Literacia Fiscal e Conhecimento Fiscal | Fonte: Elaboração própria com base em Costa (2017)

### ***2.3. Literacia Fiscal nas sociedades e a educação fiscal***

De acordo com Rua (2018), muitos cidadãos não entendem de que forma são aplicados os impostos, nem percebem como eles retornam em forma de benefícios. Devido a esta falta de conhecimento por parte dos contribuintes, muitas vezes as obrigações tributárias são fonte de conflito e insatisfação entre os cidadãos e as Administrações Fiscais.

Os contribuintes tentam minimizar a sua responsabilidade fiscal e o pagamento de imposto por meios legais ou ilegais. Simultaneamente, as Administrações Fiscais tentam melhorar as suas ferramentas de *compliance*, formas de deteção da evasão fiscal, reforçar as leis fiscais e tentam ultrapassar algumas lacunas da lei que permitem a fuga aos impostos (Slemrod & Yitzhaki, 2002).

Caso os indivíduos saibam como calcular, pagar e cumprir com as suas obrigações fiscais ao abrigo da lei, a consciencialização tributária na sociedade irá aumentar (Saad, 2013). Esta consciencialização tributária é influenciada por um conjunto de fatores, tais como: socialização tributária<sup>4</sup>, conhecimento tributário, solicitação do número de identificação fiscal (doravante, NIF) e a qualidade do serviço tributário. A consciencialização e o cumprimento das obrigações declarativas são necessários para que se aumente as receitas tributárias do Estado e, assim, a socialização fiscal irá fazer com que se aumente o conhecimento dos contribuintes em relação à tributação. Contribuintes que percebem sobre legislação fiscal, irão exigir melhorias no sistema fiscal do seu país (Rahmawati, 2013).

Em harmonia ao exposto, Finkelstein (2009) esclarece que uma crescente literatura enfatiza a consciencialização fiscal, tornando-a como uma explicação do porquê de alguns contribuintes se envolverem em atividades de evasão fiscal, enquanto outros não.

É neste âmbito que surge, naturalmente, a necessidade de educação fiscal, que visa a consciencialização dos cidadãos em relação aos seus deveres fiscais, procurando aumentar o seu cumprimento voluntário. O sistema educativo deverá proporcionar uma série de conhecimentos básicos, explicando a finalidade dos impostos, alguns capítulos do Orçamento de Estado, bem como os requisitos mais simples do sistema fiscal, para que os jovens estejam preparados para o momento em que devem cumprir com as suas obrigações enquanto contribuintes (Delgado, 2013).

É referido por Palma & Pita (2015) que, caso a relação entre o Estado e o cidadão seja inexistente, pode distorcer a perceção da pessoa singular sobre o sistema fiscal, influenciando o seu comportamento, nomeadamente, a sua decisão de cumprir, ou não, as obrigações fiscais, pelo que a educação fiscal vem dar resposta a esta necessidade emergente. Percebemos, então, que tanto o Estado, como a Administração Fiscal, desempenham um papel crucial na literacia e educação dos contribuintes.

Neste sentido, Pereira & Cruz (2016), citados por Pinto & Tomé (2017), identificaram cinco vertentes que são consideradas indispensáveis e que devem ser desenvolvidas pela

---

<sup>4</sup> Herriyanto & Agus (2013) entendem que a socialização tributária está relacionada com o esforço que as Autoridade Fiscais fazem para conceder entendimento, informações e orientações a todos os contribuintes em termos fiscais.

Administração Fiscal para contribuírem para o aumento dos dois indicadores identificados anteriormente, sendo elas:

- (i) Educar os contribuintes através de programas de educação fiscal;
- (ii) Assegurar o cumprimento fiscal, fazendo com que este se torne mais seguro e confortável;
- (iii) Aumentar a transparência das contas públicas, de forma a fomentar a confiança entre a Administração Fiscal e o contribuinte;
- (iv) Preparar, transmitir e adaptar a informação fiscal, de acordo com a literacia e educação fiscal dos contribuintes em geral; e
- (v) Clarificar potenciais dúvidas relativamente a temas fiscais.

A educação fiscal deverá ser, então, entendida como um instrumento de divulgação de uma nova cultura junto dos contribuintes, baseando-se em diversos pressupostos, tendo em conta as necessidades específicas dos contribuintes ao longo dos anos (Grzybovski & Hanh, 2006).

Conclui-se que o principal objetivo da educação fiscal passa pela divulgação de ideias, valores e atitudes favoráveis à responsabilidade fiscal, afastando a prática de evasão fiscal e condutas fraudulentas. Desta forma, a prática desta política não deve restringir-se ao conteúdo teórico, mas sim munir o contribuinte com conteúdos morais associados ao cumprimento de obrigações fiscais. A Educação Fiscal deve ser tratada na escola como um tema de responsabilidade cívica (Delgado, 2013).

#### ***2.4. Perceção dos indivíduos sobre o mundo dos impostos e o seu cumprimento fiscal***

O Estado precisa de impostos uma vez que, numa perspetiva de longo prazo, a tributação é a forma mais eficiente para conseguir cobrir a necessidade de fornecimento de bens e serviços que os indivíduos esperam que aconteça ao longo dos anos. Deste modo, e como salientam Bhushan & Medury (2013), o incumprimento fiscal é tão mau para os contribuintes como é para o Estado.

A predisposição dos indivíduos para cumprir voluntariamente as suas obrigações fiscais é fundamental para o sistema fiscal funcionar de forma eficiente. De acordo com Lopes & Santos (2013), esta predisposição é moldada por um conjunto de valores e

atitudes, tais como os princípios transmitidos pela família, o sentido cívico, a classe social em que se inserem, as experiências individuais, entre outros.

Além disso, e como nota Murphy (2003), num mundo onde a oferta de serviços tributários é cada vez mais computadorizada, os contribuintes precisam de estar atentos para os perigos que estão associados a um pobre entendimento das medidas fiscais, uma vez que isto poderá tornar o sistema vulnerável.

Assim sendo, a compreensão por parte dos contribuintes e mais concretamente as suas atitudes em relação ao sistema fiscal são importantes, tanto para gerar o cumprimento voluntário como para obter respostas quando se verificam inconformidades em relação a esse cumprimento (Harris & McCrae, 2005).

Uma das formas para aumentar o cumprimento das obrigações declarativas dos contribuintes passa pela oferta de serviços tributários de qualidade, como clarifica Supadmi (2009). No seu estudo, o autor conclui que a consciencialização tributária está relacionada com a socialização tributária, a literacia fiscal, os serviços de qualidade e o cumprimento das obrigações fiscais.

Nas sociedades modernas, as Administrações Fiscais têm em mão um poderoso instrumento para controlar o comportamento dos contribuintes, isto é, educação no geral e a literacia fiscal em particular (Nichita, 2015). A relação entre o cumprimento e a literacia fiscal é complexa, pois ambas as variáveis estão interligadas: o nível do cumprimento fiscal espelha a qualidade da literacia fiscal. Contrariamente, a literacia fiscal predetermina, até certo ponto, o montante de receitas fiscais arrecadadas pelas Administrações Fiscais.

Segundo diversos autores, como Jackson & Millirion (1986), Fischer *et al.* (1992) e Richardson (2006), existem vários fatores que são considerados determinantes do cumprimento fiscal, nomeadamente, fatores económicos, demográficos, psicológicos ou sociológicos. Acrescenta ainda Jackson & Millirion (1986) que as variáveis que influenciam o cumprimento fiscal são o género, a idade, a educação e a profissão exercida.

Existe alguma dificuldade por parte dos contribuintes em interpretar e perceber determinados temas, o que é agravado com a complexidade associada ao sistema fiscal, fazendo com que o contribuinte ache que está a realizar tarefas que não são da sua competência, mas sim da Administração Fiscal (Lopes & Santos, 2013). É fundamental que todos os cidadãos entendam o seu sistema fiscal, de forma a obter e a exigir os seus

direitos, por um lado, e, por outro, possam compreender os seus deveres enquanto cidadãos de uma sociedade (Arsénio, 2014).

Existindo uma boa relação entre os contribuintes e a Administração Fiscal, poderá surgir, conseqüentemente, um aumento no cumprimento fiscal voluntário (Togler, 2002). Desta forma, a resposta que o Estado espera obter, ao promover um sistema justo e transparente, será a predisposição e uma maior inclinação em termos de cumprimento fiscal por parte dos contribuintes (Lopes & Santos, 2013).

Os contribuintes precisam de ter noção que as alterações legislativas são constantes, pelo que devem procurar realizar uma correta interpretação da lei fiscal, bem como ter vontade para atualizar o seu conhecimento, de forma a que consigam dar seguimento às suas tarefas fiscais de maneira correta (Madi *et al.*, 2010).

Tanto o conceito de literacia fiscal, como o conceito de educação fiscal e cumprimento fiscal, têm vindo a ser investigados por diversos autores, como Eriksen & Fallan (1996), Grzybovski & Hahn (2006), Bhushan & Medury (2013), Pereira (2014), entre outros. Contudo, nem todos os autores atrás referidos definem a literacia fiscal do mesmo modo. Para efeitos da presente investigação, a literacia fiscal define-se como o conjunto de conhecimentos fiscais que permitem aos indivíduos tomarem decisões acertadas e lógicas no momento do cumprimento das suas obrigações fiscais.

É importante ter em consideração que a literacia fiscal permite atenuar os efeitos da complexidade dos sistemas fiscais, uma vez que a correta interpretação das leis deriva do conhecimento geral e do respetivo entendimento. Ainda assim, e apesar da complexidade associada a estas temáticas, existem algumas características comuns que lhes estão associadas, tal como: a idade, o género, o nível de rendimento, o nível de escolaridade e a situação profissional dos indivíduos.

No que diz respeito ao caso do IRS, a literacia fiscal permite que os indivíduos consigam cumprir adequadamente as suas obrigações declarativas, como especialmente efetuarem as opções fiscalmente mais eficientes que lhe permitem obter poupanças fiscais. As principais variáveis interligadas com a literacia fiscal são apresentadas na seguinte tabela.

Tabela I

Variáveis relacionadas com a literacia fiscal e a respetiva conclusão

<b>Autores</b>	<b>Variáveis do estudo</b>	<b>Conclusões</b>
<b>Eriksen &amp; Fallan (1996)</b>	Relação entre o nível de literacia fiscal e o género	Os indivíduos do sexo masculino demonstram ter maior conhecimento fiscal
<b>Pereira (2014)</b>		
<b>Chardon <i>et al.</i> (2016)</b>		
<b>Chardon <i>et al.</i> (2016)</b>	Relação entre o nível de literacia fiscal e a idade	A relação é significativa, ou seja, faixa etária superior demonstra maior conhecimento
<b>Ritsema &amp; Thomas (2003)</b>	Relação entre o nível de literacia fiscal e o nível de rendimento	Indivíduos com maior rendimento possuem conhecimentos mais avançados
<b>Chardon <i>et al.</i> (2016)</b>		
<b>Jackson &amp; Millirion (1986)</b>	Relação entre o nível de literacia fiscal e o nível de escolaridade	Indivíduos com maiores qualificações académicas demonstram maiores níveis de conhecimento fiscal
<b>Chardon <i>et al.</i> (2016)</b>		
<b>Chardon <i>et al.</i> (2016)</b>	Relação entre o nível de literacia fiscal e a situação profissional	Os trabalhadores por conta própria, seguidos dos trabalhadores por conta de outrem, são aqueles que obtiveram as melhores classificações
<b>Bhushan &amp; Medury (2013)</b>	Relação entre o nível de literacia fiscal e a natureza do emprego profissional	Indivíduos que pertencem ao sector privado apresentam níveis de literacia fiscal superiores aos que pertencem à função pública
<b>Tittle (1980)</b>	Relação entre a literacia fiscal e o cumprimento das obrigações	Indivíduos com bom nível de cumprimento fiscal têm também um maior conhecimento fiscal
<b>Andreoni <i>et al.</i> (1998)</b>		
<b>Supadmi (2009)</b>		
<b>Pereira (2014)</b>		

Fonte: Elaboração própria

### **3. METODOLOGIA E DADOS**

#### ***3.1. Método***

A presente dissertação tem como objetivo fornecer uma visão geral sobre os fatores que influenciam a literacia fiscal dos contribuintes portugueses, direcionado para o caso específico do IRS, uma vez que é um imposto com o qual os indivíduos lidam a partir do momento em que iniciam a sua atividade profissional. Torna-se necessário perceber os mecanismos consagrados no Código do IRS (adiante designado por CIRS), bem como a necessidade que existe de entregar imposto ao Estado, por forma a minimizar potenciais conflitos entre os contribuintes e a Administração Fiscal.

Para elaborar a presente pesquisa recorreu-se a inquéritos por questionário. Este tipo de estudo é útil quando a investigação principal tem como objetivo a confirmação ou a extensão de um trabalho na literatura. É muito fácil elaborar um inquérito por questionário, mas não é fácil elaborar um bom inquérito por questionário (Hill & Hill, 2008). Numa investigação onde se aplica um inquérito por questionário, a maioria das variáveis (frequentemente, todas as variáveis), são medidas a partir das perguntas do inquérito por questionário e, portanto, os métodos de investigação incluem os tipos de perguntas usadas, os tipos de respostas associadas com estas perguntas e as escalas de medidas dessas respostas.

Todavia, acontece que, muitas vezes, não existe tempo nem recursos suficientes para recolher e analisar dados para cada um dos casos do universo pelo que, nesta situação, só é possível considerar uma parte dos casos que constituem o Universo. Esta parte designa-se por amostra do Universo (Hill & Hill, 2008).

A população de interesse para esta amostra é constituída por indivíduos residentes em território nacional, tanto do sexo feminino como de sexo masculino, com idade superior a 18 anos, que são sujeitos passivos de IRS, que auferam rendimentos, com diferentes níveis de escolaridade, natureza e tipo de profissão e local de residência.

Para a preparação e gestão do inquérito por questionário, foi utilizada a Plataforma *Survio*. A divulgação deste inquérito por questionário passou pelas redes sociais e pelo *e-mail* institucional do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa (UL).

Os inquéritos por questionário constituem uma das formas mais económicas de recolha de dados, especialmente os inquéritos por questionário *online*. Este tipo de

ferramenta apresenta um custo muito baixo (ou nulo) e um alcance generoso. É rápido e fácil recolher os resultados com este método, uma vez que, a partir do momento que se encontra a circular, poderá ser respondido por qualquer pessoa, em qualquer momento. Por fim, os inquéritos por questionário também oferecem o melhor sentido ao anonimato e à privacidade (Debois, 2017).

### **3.2. Hipóteses a testar**

Aplicando o estudo efetuado por Eriksen & Fallan (1996), Tojal (2011), Pereira (2014) e Chardon *et al.* (2016), para se aferir se as conclusões destes autores podem ser estendidas à presente investigação, formularam-se as seguintes hipóteses:

**Hipótese 1:** Os indivíduos do sexo masculino têm um nível de literacia fiscal superior aos do sexo feminino.

**Hipótese 2:** Os indivíduos mais velhos têm um maior nível de literacia fiscal que os indivíduos mais novos.

Como mencionado anteriormente, Jackson & Millirion (1986) salientam que o nível de educação dos contribuintes explica a sua capacidade e perceção de compreender as obrigações fiscais, uma vez que quanto maior for o nível de escolaridade, maior será o nível de cumprimento, e, posteriormente, será maior a aptidão dos indivíduos para compreender sistemas fiscais complexos, pelo que se formulou a seguinte hipótese:

**Hipótese 3:** Quanto maior o nível de escolaridade de um indivíduo, melhor será o seu nível de literacia fiscal.

Ritsema & Thomas (2003) salientam que o nível de rendimento está positivamente relacionado com o nível de conhecimento fiscal dos indivíduos. Contudo, também se torna interessante perceber se a categoria profissional que um indivíduo desempenha, afeta, ou não, a sua literacia fiscal, pelo que se formularam as seguintes hipóteses:

**Hipótese 4:** A literacia fiscal tende a aumentar consoante o nível de rendimento.

**Hipótese 5:** Os indivíduos que trabalham por conta de outrem, têm um nível de conhecimento fiscal superior do que aqueles que estão noutras categorias profissionais.

O principal contributo deste estudo passa pela introdução da natureza profissional como uma variável que exerce, ou não, influência na Literacia Fiscal, uma vez que nada



existe na literatura sobre este tema em relação à população portuguesa. Assim, considerou-se relevante criar esta variável e estudar o seu efeito, pelo que se irá incluir a natureza do emprego como sendo uma variável que afeta o conhecimento fiscal dos inquiridos, em harmonia com o estudo de Bhushan & Medury (2013). Assim sendo, com a seguinte hipótese visa-se determinar se a natureza privada ou pública do exercício de funções dos inquiridos influencia o nível de literacia fiscal:

**Hipótese 6:** Os indivíduos que trabalham na função privada têm maior nível de conhecimento fiscal do que aqueles que trabalham na função pública.

Tittle (1980), Andreoni *et al.* (1998) e Supadmi (2009) procuraram estudar o cumprimento fiscal nas suas pesquisas. Segundo Andreoni *et al.* (1998), os indivíduos mais velhos são, por norma, os mais cumpridores. Por sua vez, os contribuintes mais novos têm menor aversão ao risco e não se preocupam tanto com o cumprimento das suas obrigações fiscais. Assim, por forma a validar se as conclusões destes autores se observam na presente investigação, efetuar-se-á a interligação de cumprimento fiscal com o conhecimento fiscal, pelo que se formulou a seguinte hipótese.

**Hipótese 7:** Os indivíduos mais cumpridores são aqueles que têm mais conhecimento fiscal.

### ***3.3. Inquérito por questionário***

O inquérito por questionário realizado para a presente investigação (*vide* Anexo 1) encontra-se dividido em três partes. Na parte I apresenta-se, em primeiro lugar, um conjunto de questões sociodemográficas que caracterizam os contribuintes inquiridos, desde o género, a idade, o nível de escolaridade, o nível de rendimento, a sua situação profissional e a natureza do trabalho. Este conjunto de questões são mais de âmbito pessoal, sendo que serve para traçar o perfil dos respondentes.

Na parte II, começa-se por questionar os indivíduos sobre o Sistema Fiscal Português (perguntas de opinião), passando para as perguntas específicas de IRS. Apresenta-se um conjunto de questões sobre a tributação do rendimento, que vão de acordo com aquilo que está estabelecido no CIRS. Com estas questões visa-se determinar o grau de conhecimentos fiscais dos inquiridos em relação ao IRS.

Por fim, apresentam-se questões sobre a forma de preenchimento da declaração de rendimentos, com ou sem ajuda profissional, sobre o pedido de faturas no ato de consumo,

das ferramentas disponíveis de apoio ao contribuinte, bem como se a entrega da declaração de rendimentos e o pagamento das dívidas fiscais são efetuados atempadamente. Esta secção tem como objetivo avaliar o cumprimento das tarefas fiscais por parte dos contribuintes.

### **3.4. Variáveis**

#### **3.4.1. Variável Dependente**

Para a presente investigação, a variável dependente em causa será o NLF. Para isso, definiu-se uma pontuação final, tendo em conta a quantidade de respostas corretas que cada inquirido obteve com base no inquérito por questionário, concluindo se o indivíduo tem, ou não, literacia fiscal. Assim, esta é uma variável *dummy* que pode tomar o valor de 0 (o indivíduo não tem literacia fiscal) ou o valor de 1 (o indivíduo tem literacia fiscal).

#### **3.4.2. Variáveis Independentes**

##### **3.4.2.1. Género**

A criação desta variável permitirá compreender a relação que existe entre a literacia fiscal e o género dos indivíduos, em harmonia com os estudos realizados por Eriksen & Fallan (1996) e Chardon *et al.* (2016). A variável *dummy* assume o valor de 1 caso o inquirido seja do sexo masculino ou, caso contrário, o valor de 0.

##### **3.4.2.2. Idade**

Tal como indicam Chardon *et al.* (2016), a confiança em questões fiscais é menor para faixas etárias mais jovens. Assim sendo, com esta variável pretende-se analisar a influência que a idade dos inquiridos exerce no NLF (variável quantitativa).

##### **3.4.2.3. Nível de Rendimento**

Chardon *et al.* (2016) demonstraram que os indivíduos com rendimentos mais baixos são aqueles que têm níveis de literacia fiscal mais reduzidos. Assim, entendeu-se que o rendimento é um variável pertinente (assumindo a forma de variável quantitativa), pelo que será levado em consideração para a presente investigação.

##### **3.4.2.4. Nível de Escolaridade**

Jackson & Millirion (1986) salientam que o nível de educação dos contribuintes explica a sua capacidade de compreensão dos sistemas fiscais complexos. Desta forma, é

relevante criar uma variável que diga respeito ao nível de escolaridade. A variável *dummy* assume um valor de 0 quando o nível de escolaridade seja igual ou inferior ao 12.º ano de escolaridade e o valor de 1 para os restantes casos (nível de escolaridade igual ou superior ao grau de licenciado).

#### **3.4.2.5. Categoria profissional**

Com a criação desta variável, pretende-se estudar se a categoria profissional afeta o NLF. De acordo com Chardon *et al.* (2016), o nível de literacia fiscal varia consoante a categoria profissional dos indivíduos. Assim, a variável *dummy* assume o valor de 1 quando o inquirido seja trabalhador por conta de outrem e, caso contrário, o valor de 0.

#### **3.4.2.6. Natureza do Emprego**

Para se conseguir compreender se a natureza do emprego, pública ou privada, afeta o NLF, foi criada uma variável *dummy* que assume o valor de 0 quando o indivíduo pertence à função pública e o valor de 1 quando pertence à função privada.

#### **3.4.2.7. Cumprimento Fiscal**

O conceito de cumprimento fiscal engloba um conjunto variado de operações (Lopes & Santos, 2013). Questões como o preenchimento de toda a documentação necessária ao cumprimento das suas obrigações fiscais, declarar os valores verdadeiros e corretos de rendimento, os pagamentos das suas dívidas fiscais no tempo devido, entre outras, são relevantes para medir o nível de cumprimento fiscal (Lopes & Santos, 2013). Assim sendo, foi elaborado um conjunto de questões de forma a determinar o nível de cumprimento fiscal de cada um dos indivíduos e aferir em que medida é que o nível de cumprimento fiscal está relacionado com o nível de literacia fiscal, em harmonia com o estudo de Supadmi (2009). A variável *dummy* assume o valor de 0 quando o respondente não cumpre com as suas obrigações fiscais e o valor de 1 quando o indivíduo é cumpridor.

### **3.5. Modelo Odds Ratios**

Os modelos estatísticos têm vindo a assumir-se como um instrumento fundamental em matérias de modelação, de previsão e da interpretação de fenómenos de natureza económica, financeira e gestão (Newbold *et al.*, 2012).

O Modelo Linear Generalizado (adiante, MLG) é uma extensão do Modelo de Regressão Linear Simples e Múltipla. Em muitos cenários de análise de regressão, a

variável dependente é qualitativa e assume apenas valores de classes discretas e mutuamente exclusivas. Nestes casos, a regressão categorial é a técnica de análise de regressão a utilizar (Maroco, 2010).

Enquanto na regressão linear a variável dependente é quantitativa, na regressão categorial a variável dependente é do tipo qualitativa. Contudo, as variáveis dependentes podem ser quantitativas ou qualitativas (Maroco, 2010). Acontece que, na presente investigação, a variável dependente - o Nível de Literacia Fiscal - é qualitativa, pelo que se terá que recorrer ao MLG, ao invés da Regressão Linear Múltipla.

No sentido de explicar então a matéria da presente investigação e testar as hipóteses previamente formuladas na Subsecção 3.2, efetuou-se uma estimativa a partir do Modelo *Odds Ratios*, o qual é apresentado em seguida:

$$(1) \ NLF_i = \beta_0 + Gen_i + Ida_i + Rend_i + Esc_i + Prof_i + Nat_i + Cump_i$$

Leia-se, onde se indica,  $Gen_i$ = género,  $Ida_i$ = idade,  $Rend_i$ = nível de rendimento,  $Esc_i$ = nível de escolaridade,  $Prof_i$ = categoria profissional,  $Nat_i$ = natureza do emprego e  $Cump_i$ = cumprimento fiscal.

Finda a circulação do inquérito por questionário, os dados foram extraídos da Plataforma *Survio*, selecionados e preparados em *Excel* para serem posteriormente tratados no *software* de análise estatística, o o *Statistical Package for the Social Sciences* (doravante, SPSS), versão 22.

## **4. ANÁLISE DE RESULTADOS**

### **4.1. Amostra**

Conforme indicado na Subsecção 3.1, o inquérito por questionário foi divulgado através das redes sociais e do *e-mail* institucional do ISEG. A recolha de dados efetuou-se durante os meses de julho e agosto de 2019. Importa salientar que, devido ao facto de se ter enviado o inquérito por questionário para a população em geral, procedeu-se ao tratamento de dados e excluiu-se informação de 31 inquéritos, uma vez que não cumpriam os requisitos necessários para serem levados a cabo na presente investigação (por exemplo, pessoas com menos de 18 anos ou pessoas que são apenas estudantes e ainda não auferem rendimentos). Desta forma, foram recolhidos 232 inquéritos por questionário, mas apenas foram validados 201.

A maior parte dos inquiridos são do sexo feminino (60,70%). A idade dos inquiridos foi considerada de acordo com quatro escalões etários. Dos intervalos estabelecidos, 34,33% dos elementos da amostra têm idade entre os 18 e os 25 anos. O escalão seguinte, entre os 26 e 35 anos, é o que apresenta maior frequência relativa (39,80%). A distribuição de idades dos elementos pode ser vista na totalidade na Tabela VII (Anexo 2).

A zona de residência mais frequente é a Área Metropolitana de Lisboa (53,20%), seguida do Sul (24,88%). O ensino superior predomina na maior parte dos inquiridos (88,56% têm licenciatura, mestrado ou outros), sendo que a área de estudos mais frequente é a Gestão, Economia e Contabilidade (29,35%).

No que respeita à categoria profissional, predominam os trabalhadores por conta de outrem (83,58%), de natureza privada (66,67%) e com rendimentos entre os 1.000€ e 1.500€ (42,78%).

Do total de contribuintes inquiridos, verificou-se que 64,68% considera o Sistema Fiscal Português complexo e autoavalia os seus conhecimentos fiscais como fracos (42,79%) ou até mesmo inexistentes (10,95%).

Observou-se que a maior dificuldade recai nas perguntas sobre o enquadramento dos rendimentos fora das categorias habituais, isto é, os rendimentos que não se enquadram na Categoria A – Trabalho Dependente. A título exemplificativo, a questão 15 (*vide* Tabela VIII do Anexo 2) obteve um resultado de “não sei” de cerca de 35,32%, a questão 17 de 31,84% e a questão 21 de 45,27%.

Contudo, e apesar da maior parte dos inquiridos conseguir responder acertadamente à questão 18, relacionada com as Retenções na Fonte, 27,86% não sabem o que é que estas constituem ou acham que são meros valores que as empresas retiram do salário todos os meses (8,46%).

Pelo que toca à secção final - Cumprimento Fiscal -, verificou-se que 83,08% dos inquiridos solicitam fatura com NIF, com o intuito de obter benefícios fiscais (68,16%). Contudo, 8,96% dos contribuintes não sabem que é necessário efetuar a validação das respetivas faturas no Portal E-Fatura. Percebe-se que a maior parte dos inquiridos não preenche a sua declaração anual de IRS de forma autónoma (59,70%), uma vez que apenas 40,30% preenche a sua própria declaração, valor muito próximo da opção “familiar ou amigo”.

#### 4.2. Discussão de Resultados

Precedentemente à análise e interpretação dos resultados finais, é necessário verificar se o modelo que se pretende utilizar é de facto viável, sendo fundamental validar alguns pressupostos, de forma a aferir se o modelo tem qualidade suficiente para se retirar as respetivas conclusões (Maroco, 2010).

Em primeiro lugar, para garantir que os preditores não são multicolineares, é necessário confirmar se as estatísticas de colinearidade se encontram nos intervalos corretos. Veja-se, neste caso, a seguinte tabela:

Tabela II

Estatísticas de colinearidade

	Tolerância	VIF
<b>Género</b>	0,892	1,121
<b>Idade</b>	0,716	1,396
<b>Nível de Rendimento</b>	0,813	1,230
<b>Nível de Escolaridade</b>	0,788	1,269
<b>Situação Profissional</b>	0,982	1,078
<b>Natureza do Emprego</b>	0,955	1,047
<b>Cumprimento Fiscal</b>	0,931	1,075

Fonte: Elaboração própria com base no SPSS

Os valores demonstrados devem respeitar um determinado intervalo, pelo que é necessário que os valores que estão na Coluna Tolerância apresentem um valor superior a 0,1. Em relação à estatística *Variance Inflation Factor* (VIF), Maroco (2010) refere que os valores superiores a 5 ou mesmo a 10, indicam problemas com a estimação de  $\beta$ , devido à presença de multicolinearidade nas variáveis. Deste modo, e tendo em conta que os valores evidenciados na tabela *supra* respeitam o intervalo de valores, conclui-se que não existe multicolinearidade entre os dados.

O segundo pressuposto passa por averiguar se os erros são independentes e apresentam uma distribuição binomial, ou seja, devemos verificar a presença de *outliers* (veja-se, neste caso, a Figura 2 do Anexo 3). Percebe-se que na investigação em apreço, nenhum *outlier* foi identificado pelo SPSS.

Desta forma, observa-se que o modelo tem uma qualidade adequada, pelo que é possível prosseguir com a análise estatística do modelo anteriormente definido.

Tabela III

Variáveis na equação

	<b>B</b>	<b>S.E.</b>	<b>Wald</b>	<b>df</b>	<b>Sig.</b>	<b>Exp (B)</b>
<b>Género (1)</b>	0,711	0,340	4,371	1	<b>0,037</b>	2,037
<b>Idade</b>	0,006	0,017	0,109	1	0,741	0,994
<b>Nível de Rendimento</b>	0,467	0,172	7,380	1	<b>0,007</b>	1,595
<b>Nível de Escolaridade (1)</b>	1,685	0,660	6,509	1	<b>0,011</b>	1,185
<b>Situação Profissional (1)</b>	0,244	0,448	0,297	1	0,586	1,277
<b>Natureza do Emprego (1)</b>	-0,525	0,346	2,301	1	0,129	0,284
<b>Cumprimento Fiscal (1)</b>	1,258	0,365	11,882	1	<b>0,001</b>	1,284
<b>Constante</b>	-1,147	0,625	3,368	1	0,066	0,317

Fonte: Elaboração própria com base no SPSS

Através do Modelo *Odds Ratios*, pretende-se testar se as variáveis selecionadas são, ou não, significativas. Assim, o teste estatístico a realizar, de forma genérica, será o seguinte:

**Hipótese 0 ( $H_0$ ):**  $\beta_i = 0$ , i.e., a variável independente não é significativa para o modelo.

**Hipótese 1 ( $H_1$ ):**  $\beta_i \neq 0$ , i.e., a variável independente é significativa para o modelo.

Em  $H_0$  encontra-se aquilo que se assume como correto até prova em contrário, ou seja, a hipótese nula é considerada verdadeira ao longo da realização do teste estatístico até ao momento que haja evidência estatística clara que aponta em sentido contrário (Afonso & Nunes, 2011). Sempre que o nível de significância (*p-value*), que se encontra indicado na coluna *Sig.* da tabela anterior, for inferior a 0,05, ir-se-á rejeitar  $H_0$  e concluir que a variável independente em análise é significativa para o modelo estatístico (Afonso & Nunes, 2011).

Por outro lado, nas situações em que o *p-value* for superior a 0,05, não se pode rejeitar  $H_0$ , uma vez que não existe evidência estatística suficiente para se concluir que a variável é significativa para o modelo estatístico (Afonso & Nunes, 2011).

Na prática, o que se pretende testar encontra-se em  $H_1$  e o que se aceita por defeito e sem prova está em  $H_0$  (Afonso & Nunes, 2011). O que se espera é conseguir rejeitar o máximo de hipóteses nulas, de forma a obter o maior número de variáveis a contribuir para o modelo e, posteriormente, retirar conclusões sobre quais as variáveis que maior influência exercem no NLF.

No que se refere ao **Género**, que apresenta um  $p\text{-value} = 0,037 < \alpha = 0,05$ , rejeita-se  $H_0$  e, por isso, pode concluir-se que esta é uma variável significativa para o modelo estatístico. Tendo em conta o valor de  $Exp(B)$  é, aproximadamente, igual a 2, verifica-se que os indivíduos que pertencem à categoria do sexo masculino têm uma probabilidade de ter um NLF cerca de 2 vezes superior do que os indivíduos que pertencem à categoria do sexo feminino. Assim, aceita-se a **Hipótese 1** formulada na Subsecção 3.2. Apesar de existir um maior número de respostas de inquiridos do género feminino, ainda são os homens que apresentam um maior nível de literacia fiscal. Na verdade, seria interessante tentar obter um número de respostas mais equilibrado em termos genéricos ou perceber se ainda se associa o género masculino ao “homem de família”, sendo este que procede com a entrega da declaração de rendimentos de todo o seu agregado familiar (mesmo que seja tributação conjunta ou tributação separada), por exemplo. Ainda assim, esta conclusão está em harmonia com os estudos de Bhushan & Medury (2013) e de Pereira (2014), que também indicam que os indivíduos do sexo masculino são os que apresentam um maior conhecimento fiscal.

No que concerne ao **Nível de Escolaridade**, visto que o  $p\text{-value} = 0,011 < \alpha = 0,05$ , rejeita-se  $H_0$ . Conclui-se do exposto que a variável é significativa e que pode ser aceite a **Hipótese 3** anteriormente formulada. A este respeito, e assim como explicaram autores como Jackson & Millirion (1986), Pereira (2014) e Chardon *et al.* (2016), existe uma relação significativa entre o nível de escolaridade e os conhecimentos fiscais dos indivíduos. A aptidão para compreender as matérias fiscais é maior nos indivíduos que frequentaram o ensino superior.

Relativamente ao **Nível de Rendimento**, também aqui se rejeita a hipótese nula, uma vez que apresenta um  $p\text{-value} = 0,007 < \alpha = 0,05$ . Além disso, aceita-se a **Hipótese 4** previamente formulada. Conforme o rendimento vai aumentado, a probabilidade de um indivíduo ter um NLF superior é, aproximadamente, de 1,60. As conclusões dos estudos de Ritsema & Thomas (2003), Pereira (2014) e Chardon *et al.* (2016) corroboram esta conclusão, uma vez que salientam que o nível de rendimento está positivamente relacionado com o conhecimento fiscal.

Em relação ao **Cumprimento Fiscal**, e uma vez que apresenta  $p\text{-value} < \alpha = 0,05$ , também aqui se vai rejeitar  $H_0$  e aceitar a **Hipótese 7** formulada anteriormente. Pereira (2014) concluiu que, de forma geral, um bom nível de cumprimento fiscal está associado a um bom nível de conhecimento fiscal e, da mesma forma, esta conclusão



pode ser retirada nesta investigação. A maior parte dos inquiridos preocupa-se com o cumprimento das suas obrigações fiscais, procurando obter benefícios fiscais e, simultaneamente, potencializar as suas poupanças fiscais.

No que diz respeito à **Idade**, que apresenta um  $p\text{-value} = 0,741 > \alpha = 0,05$ , não se rejeita a hipótese nula, pelo que nada se pode concluir em relação à significância desta variável para o modelo estatístico. Desta forma, não se aceita a **Hipótese 2** formulada na Subsecção 3.2. Assim, de acordo com os dados recolhidos e utilizados para a presente investigação, conclui-se que a idade não exerce influência na literacia fiscal dos inquiridos. Nos estudos desenvolvidos por autores como Pereira (2014) e Chardon *et al.* (2016), a idade apresenta sempre uma relação significativa com o nível de literacia fiscal dos indivíduos. Contudo, os estudos de ambos os autores atrás referidos apresentam uma percentagem de inquiridos com idade superior a 50 anos mais elevada face ao estudo em análise. A título exemplificativo, Pereira (2014) obteve um total de respostas de 42,79% de indivíduos com idade superior a 50 anos (na presente investigação, apenas 9,95% dos inquiridos têm idade superior a 50 anos). De facto, estes valores podem ajudar a explicar, em parte, a razão pela qual estas conclusões diferem, uma vez que as percentagens das diferentes faixas etárias dos respondentes nos diferentes estudos não são semelhantes.

Também a **Categoria Profissional** apresenta um  $p\text{-value} > \alpha = 0,05$ , pelo que não se rejeita a hipótese nula e não se aceita a **Hipótese 5** formulada anteriormente. Em relação à situação profissional dos indivíduos, nada se pode concluir uma vez que esta variável não é significativa, contrariamente ao estudo apresentado por Chardon *et al.* (2016), dado que estes autores concluíram que a relação que se estabelece entre as duas variáveis era, de facto, significativa. Seguindo a mesma linha de raciocínio aplicada anteriormente, desta vez percebe-se que, em termos percentuais, existe uma grande semelhança entre o número de respostas obtidas para as categorias profissionais nos dois estudos. Na sua pesquisa, Chardon *et al.* (2016) verificaram que 82,10% do total dos seus inquiridos se inseriam na categoria profissional “trabalhador por conta de outrem”. Na presente investigação, 83,58% dos respondentes também estão inseridos nessa mesma categoria. Assim, e tendo em conta que os valores são semelhantes, a conclusão que se pode retirar é que, na presente investigação, a categoria profissional não é um fator que influencia a literacia fiscal.

Em relação à **Natureza do Emprego**, uma vez que se verifica um  $p\text{-value} > \alpha = 0,05$ , leva-nos a concluir que não se pode rejeitar a hipótese nula e que não se pode aceitar a

**Hipótese 6** previamente formulada. Assim, não se confirma que a natureza do emprego está relacionada com o nível de conhecimento fiscal.

## **5. CONCLUSÕES, CONTRIBUTOS, LIMITAÇÕES E INVESTIGAÇÃO FUTURA**

### ***5.1. Principais conclusões e contributos***

A Literacia Fiscal está associada ao conhecimento que um indivíduo adquire e que lhe possibilita a compreensão e interpretação da legislação fiscal, bem como o seu funcionamento. Um indivíduo fiscalmente letrado consegue calcular, descortinar e cumprir melhor as suas obrigações fiscais, efetuando as melhores opções que a lei lhe permite para maximizar as suas poupanças fiscais, uma vez que se encontra munido das ferramentas necessárias para o fazer de uma forma mais precisa e autónoma.

Com o intuito de avaliar e aferir quais os fatores que exercem influência na Literacia Fiscal, elaborou-se e aplicou-se um inquérito por questionário junto dos contribuintes portugueses. Com este inquérito por questionário, tentou-se entender a perceção dos indivíduos sobre o Sistema Fiscal Português, a sua compreensão sobre as regras de tributação consagradas no CIRS, bem como o seu nível de cumprimento fiscal.

Do total dos inquéritos por questionário recolhidos e analisados, 58,21% dos inquiridos não possuem literacia fiscal, enquanto 41,79% possuem. A maior parte dos indivíduos considera o Sistema Fiscal Português complexo e avalia os seus conhecimentos fiscais como fracos. Desta forma, percebe-se que na maior parte da amostra em análise não predomina o conhecimento fiscal.

A presente análise estatística permite concluir que as variáveis que influenciam significativamente a Literacia Fiscal são as seguintes: (i) o género, (ii) o nível de rendimento, (iii) o nível de escolaridade, e (iv) o cumprimento fiscal. De entre todos estes fatores, o rendimento e o género são os que mais influenciam o conhecimento fiscal.

De facto, à medida que o rendimento aumenta, o conhecimento fiscal é superior. Tendo em consideração que o imposto devido tende a ser diretamente proporcional ao nível de rendimento auferido, um contribuinte que acarreta maiores responsabilidades em termos fiscais, apresenta uma maior preocupação neste tema, pelo que irá procurar obter um maior conhecimento fiscal.

Em linha com o estudo de Chardon *et al.* (2016), na presente investigação as mulheres possuem um nível de literacia fiscal inferior, sendo que os indivíduos do sexo masculino apresentam uma maior compreensão para estes temas.

Apesar de a literatura não ser muitas vezes consensual no que respeita ao efeito que o nível de escolaridade exerce na Literacia Fiscal, como refere Guerreiro (2017), os indivíduos que detêm maiores níveis de escolaridade são também os que detêm mais conhecimentos fiscais. Quanto maior for o nível de escolaridade, maior será a capacidade dos indivíduos para estarem a par dos problemas atuais e, eventualmente, procurarão estar alerta em matérias como a parte fiscal, pelo que se conclui que o nível de educação dos contribuintes encontra-se relacionado com a sua capacidade e perceção para compreender as matérias e obrigações fiscais.

No que toca ao cumprimento fiscal, verificou-se que este aspeto é influenciado significativamente consoante o conhecimento fiscal existente. Contudo, considerando as ferramentas que têm vindo a ser desenvolvidas de apoio ao contribuinte para ajudar e facilitar o cumprimento fiscal, nomeadamente, a criação do Portal E-Fatura, o IRS Automático, entre outros, remete-se para investigações futuras o impacto que estas ferramentas poderão ter no que respeita ao cumprimento fiscal, nomeadamente a diminuição da influência que o conhecimento fiscal tem sobre o cumprimento fiscal. Não obstante os automatismos existentes e que andam a ser desenvolvidos, os contribuintes devem ter conhecimentos fiscais para poderem exercer opções que lhe sejam fiscalmente mais favoráveis, previamente aos factos geradores do imposto ou posteriormente em termos declarativos, ou seja, o automatismo não substitui a necessidade de literacia fiscal.

No que concerne às variáveis que não influenciam a Literacia Fiscal, verificou-se que estas são a idade, a categoria profissional e a natureza profissional.

Existe uma evolução do paradigma que se encontrava estabelecido, uma vez que a idade deixa de ter uma relação significativa com o nível de Literacia Fiscal. De facto, não se pode afirmar que os indivíduos da amostra utilizada nesta investigação, cujas idades se situam nas faixas etárias mais extremas, demonstram o maior nível de conhecimentos. Isto poderá estar relacionado com diversas razões, nomeadamente, um contacto ativo mais precoce com o mundo laboral e, como tal, a preocupação das faixas etárias mais jovens na gestão da sua carga fiscal começa a ser superior e a ocorrer de forma mais antecipada. Ademais, e tendo em conta que a idade de reforma tem vindo a ser aumentada,

os indivíduos tenderão a manter os seus conhecimentos fiscais atualizados durante mais tempo, uma vez que se encontram no ativo durante um período superior.

Face ao exposto, este estudo contribui para o enriquecimento da literatura existente no domínio do conhecimento dos indivíduos em termos fiscais. Devemos ter em conta que as matérias fiscais são relevantes, independentemente dos fatores que existem em seu torno.

A presente investigação tem ainda importância no que respeita ao contacto atual entre a Administração Fiscal e os contribuintes. Na verdade, uma vez que o cumprimento das obrigações fiscais é efetuado através do Portal das Finanças, estando este processo cada vez mais automatizado, deve-se garantir que a comunicação efetuada entre a Administração Fiscal e os contribuintes ocorre da melhor forma, garantindo que não surgem conflitos futuros entre ambos. Caso a relação entre os contribuintes e a Administração Fiscal seja inexistente, os indivíduos podem ter uma ideia distorcida sobre o sistema fiscal, sendo que acabam por estar menos predispostos a cumprir com as suas obrigações voluntariamente. Tendo em conta que o objetivo passa por cativar as pessoas e tentar muni-las das ferramentas necessárias em termos fiscais, deverá ser do interesse do Estado manter esta relação o mais ativa possível, para procurar promover o conhecimento fiscal e não o afastar.

Ainda assim, deverá ser do interesse dos contribuintes procurarem manter-se atualizados para que consigam reduzir a sua carga fiscal por meios legais e, desta forma, potencializar a sua poupança fiscal.

## **5.2. Limitações**

Atendendo às especificidades e características do tema escolhido para a presente dissertação, a forma de recolha de dados teve que ser realizada através de inquéritos por questionário. Apesar de terem sido anteriormente evidenciadas algumas vantagens do inquérito por questionário *online*, é importante ter em consideração que este meio de recolha de informação apresenta algumas limitações. O principal problema que surgiu para os inquiridos é as diferenças de entendimento e interpretação, uma vez que as questões fiscais poderão não ser de fácil simplificação. Sem proceder com uma explicação na íntegra dos inquéritos por questionário, as dúvidas que surgiram aos inquiridos poderão ter resultado em diferentes entendimentos.

Além disso, por se ter utilizado o inquérito por questionário *online*, poderá estar relacionado com o facto de que o número de respondentes com idade superior a 50 anos

seja tão reduzido, uma vez que não se encontram tão ligados às redes sociais como estão as pessoas mais jovens.

Por último, uma das limitações do presente estudo é a representatividade da amostra usada, que em parte está condicionada pelo tamanho da mesma. De facto, o processo de amostragem não foi completamente aleatório, uma vez que o inquérito por questionário foi respondido com base na disponibilidade e vontade de cada inquirido. Mesmo dentro da população estudada, este aspeto limita a generalização dos resultados, uma vez que será tanto mais seguro extrapolar as conclusões de um estudo com base em inferência estatística, quanto maior for a representatividade da amostra, sob pena de certas realidades não serem consideradas e determinadas conclusões se encontrarem erradas.

### ***5.3. Investigação Futura***

Em termos de investigação futura, recomenda-se serem consideradas amostras de representatividade mais elevada, em que o nível de divulgação seja também promovido fora do *e-mail* institucional e das redes sociais, utilizando outros métodos de recolha, como, por exemplo: entrevistas presenciais e contactos telefónicos. Desta forma, irá potencialmente conseguir-se chegar a um público mais abrangente e representativo da população portuguesa.

Para terminar, e tendo em conta que o principal objetivo de desenvolvimento das ferramentas de *compliance* da Administração Fiscal está associada à assistência ao cumprimento voluntário elevando, assim, os níveis do mesmo, propõe-se um estudo sobre o impacto que as ferramentas desenvolvidas têm vindo a exercer no incremento da literacia fiscal e do cumprimento fiscal voluntário.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andreoni, J., Erard, B. & Feinstein, J. (1998). Tax compliance. *Journal of Economic Literature*, Volume 36, 818-860.
- Afonso, A. & Nunes, C. (2011). *Probabilidades e Estatística. Aplicações e Soluções em SPSS*. Lisboa: Escolar Editora.
- Arsénio, L. (2014). *Educação Fiscal e a Pedagogia dos Impostos*. Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra [Em linha]. Disponível em: [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/13460/1/Lisete\\_Arsenio.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/13460/1/Lisete_Arsenio.pdf) [Acesso em: 2019/04/25].
- Andreas, E. (2015). The Effect of Tax Socialization, Tax Knowledge, Expediency of Tax ID Number and Service Quality on Taxpayers Compliance With Taxpayers Awareness as Mediating Variables, *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, Volume 211, 163 – 169.
- Azevedo, A. (2015). *Literacia fiscal* [Em linha]. Disponível em: <https://www.occ.pt/fotos/editor2/diarioeconomico8marco.pdf> [Acesso em: 2019/01/25].
- Ataíde, A. (2018). *Só 42% dos portugueses consideram ter bom nível de literacia financeira* [Em linha]. Disponível em: <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/so-42-dos-portugueses-consideram-ter-bom-nivel-de-literacia-362232> [Acesso em: 2019/02/02].
- Benavente, A. (1996). *A Literacia em Portugal* [Em linha]. Disponível em: [http://www.apcep.pt/docs/livro\\_benavente.pdf](http://www.apcep.pt/docs/livro_benavente.pdf) [Acesso em: 2019/02/10].
- Bhushan, P. & Medury, Y. (2013). Determining Tax Literacy of Salaried Individuals - An Empirical Analysis. *Journal of Business and Management (IOSR-JBM)*, Volume 10, 76-80.
- Bairrada, R. (2016). *Educar para ser livre – A importância da literacia financeira* [Em linha]. Disponível em: <https://www.doutorfinancas.pt/orcamento-familiar/educar-para-ser-livre-a-importancia-da-literacia-financeira/> [Acesso em: 2019/05/12].

Chan, C., Truthman, C. & O'Bryan, D. (2000). An expanded model of taxpayer compliance: empirical evidence from the United States and Hong Kong. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, Volume 9, 83-103.

Chardon, T. (2014). Taxation and Superannuation literacy in Australia: what do people know (or think they know?), *JASSA The Finsia Journal of Applied Finance*, Volume 1, 42-48.

Cvrlje, D. (2015). Tax Literacy as na instrument of combating and overcoming tax system complexity, low tax morale and tax non-compliance. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, Volume 4, 156-167.

Chardon, T., Freudenberg, B., & Brimble, M. (2016). *Tax literacy in Australia: not knowing your deduction from your offset* [Em linha]. Disponível em: [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2805793](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2805793) [Acesso em: 2019/05/05].

Costa, L. (2017). *LITERACIA FISCAL: Importância e Perceção – Peniche. Dissertação de mestrado no Instituto Superior de Gestão* [Em linha]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/23044> [Acesso em 2019/05/25].

Delgado, M. (2013). La educación fiscal como instrumento de lucha contra el fraude y la evasión fiscal. *Fiscalidade – Outros Olhares*, 1ª edição, Vida Económica, 219-239.

Debois, S. (2017). *9 vantagens e desvantagens dos questionários* [Em linha]. Disponível em: <https://surveyanyplace.com/pt/9-vantagens-e-desvantagens-dos-questionarios/> [Acesso em: 2019/04/05].

Eriksen, K. & Fallan, L. (1996). Tax knowledge and attitudes towards taxation: A report on a quasi-experiment. *Journal of Economic Psychology*, Volume 17, 387-402.

Fischer, M., Wartick, M. & Mark, M. (1992). Detection Probability and Taxpayer Compliance: A Review of the Literature. *Journal of Accounting Literature*, 11, 1-46.

Finkelstein, A. (2009). Tax Salience and Tax Rates. *The Quarterly Journal of Economics*, Volume 124, 969–1010.

Gambrell, L. B., & Morrow, L. M. (1996). Creating motivating contexts for literacy learning. In L. Baker, P. Afflerbach, & D. Reinking (Eds.), *Developing engaged readers in school and home communities*, 115-136.

Grzybovski, D. & Hahn, T. (2006). Educação fiscal: premissa para melhor perceção da questão tributária, *Revista de Administração Pública*, Volume 40, 841-864.

Guerreiro, Â. (2017) *LITERACIA FISCAL DOS CONTRIBUINTES SINGULARES PORTUGUESES SOBRE O IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais no ISEG [Em linha]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/14214> [Acesso em 2019/05/10].

Harris, N. & McCrae, J. (2005). *Perceptions of tax and participation in the cash economy: Examining the role of motivational postures in small businesses* [Em linha]. Disponível em: <http://ctsi.org.au/publications/WP/80.pdf> [Acesso em 2019/04/07].

Hill, M. & Hill, A. (2008). *Investigação por questionário*, 2ª Ed. Lisboa: Edições Sílabo.

Hai, O. & See, L. (2011). Intention of Tax Non-Compliance-Examine the Gaps. *International Journal of Business and Social Science*, Volume 2, n.º 7.

Herriyanto, M. & Agus, T. 2013. *Effect of Tax Payers Awareness, Socialization Taxation and Tax Investigation Against Income Tax Revenue in Surabaya Sawahan STO*, Journal of Petra Christian University, Volume 1, 450-462.

INE (2019). *Estatísticas das Receitas Fiscais - Carga fiscal atingiu 35,4% do PIB – 2018* [Em linha]. Disponível em: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=353924442&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=353924442&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt) [Acesso em: 2019/06/06].

Jackson, B. & Milliron, V. (1986). Tax Compliance Research: Findings, Problems and Prospects, *Journal of Accounting Literature*, Volume 5, 125-165.

Kusumawati, Indra & Tarjo. (2006). *Behavior Analysis of Individual Tax Payer of Implementation Self Assessment System*, Economic Research Symposium II Vol 10 N.º 1, 1-1

Kirchler, E., Hoelzl, E. & Wahl, I. (2008). Enforced versus voluntary tax compliance: The “slippery slope” framework, *Journal of Economic Psychology*, Volume 29(2), 210-225.



- Lewis, A. (1982). The social psychology of taxation, *British Journal of Social Psychology*, Volume 21.
- Lopes, C. (2008). *Quanto custa pagar impostos em Portugal?* Edições Almedina.
- Lopes, C. M. & Santos, A.C. (2013). *O cumprimento fiscal em Portugal – Factores associados a erros e atrasos na entrega das declarações fiscais das pessoas singulares* [Em linha]. Disponível em: <https://www.occ.pt/news/comcontabaudit/pdf/99.pdf> [Acesso em 2019/06/01].
- Martins, M., Costa, A. & Ramalho, G. (2000). *Literacia e Sociedade - Contribuições Pluridisciplinares*, 1.<sup>a</sup> Ed. Editorial Caminho.
- Murphy, L. (2003). The Myth of Ownership: Taxes and Justice. *Journal of Economic Issues*, Volume 37, 838-840.
- Manaf, N., Hasseldine, J. & Hodges, R. (2005). The Determinants of Malaysian Land Taxpayers' Compliance Attitudes. *eJournal of Tax Research*, Volume 3, 206-222.
- Murray, T., Desjardins, R., Coulombe, S. & Tremblay, J. (2009). *A Dimensão Económica da Literacia em Portugal: Uma Análise*. [Em linha]. Disponível em: [http://www.pnl2027.gov.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=168&fileName=economia\\_da\\_literacia\\_pt.pdf](http://www.pnl2027.gov.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=168&fileName=economia_da_literacia_pt.pdf) [Acesso em 2019/02/01].
- Madi, N., Kamaluddin, A., Janggu, T., Ibrahim, M., Samah, A., & Jusoff, K. (2010). Tax Literacy among Employees: Sabah and Sarawak's Perspective. *International Journal of Economics and Finance*, 218–223.
- Maroco, J (2010). *Análise estatística - Com utilização do SPSS*, 3<sup>a</sup> Ed. Lisboa: Edições Sílabo.
- Mallows, D. (2017). *What is 'literacy'?* [Em linha]. Disponível em: <https://epale.ec.europa.eu/node/39864> [Acesso em: 2019/05/01].
- Moučková, M. & Vitek, L. (2018). *Tax Literacy* [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.11118/actaun201866020553> [Acesso em 2019/07/10].
- Machado, N. (2019). *Porque é tão importante a literacia financeira?* [Em linha]. Disponível em: <https://www.dinheirovivo.pt/financas-pessoais/porque-e-tao-importante-a-literacia-financeira/> [Acesso em: 2019/05/20].

- Nabais, J. (1998). *O dever fundamental de pagar impostos*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Newbold, P., Carlson, W. & Thorne, B. (2012). *Statistics for Business and Economics*, 8.<sup>a</sup> Ed. EUA: PEARSON EDUCATION.
- Nichita, R. (2015). Scrutinizing the Tax Compliance Puzzle via Tax Literacy. *Ovidius University Annals, Economic Sciences Series*, Volume 1, 848-851.
- Pereira, A. (2014). *Literacia Fiscal: Um estudo empírico*. Dissertação de mestrado em Contabilidade, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro [Em linha]. Disponível em: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/14293/1/Tese.pdf> [Acesso em: 2019/05/01].
- Palma, C., & Pita, M. (2015). Para uma Política de Educação e Cidadania Fiscal. *Revista de Finanças Públicas E Direito Fiscal*, Volume 8, 29-62.
- Pinto, V. & Tomé, E. (2017). The Certified Accountant's Influence in Creating a Tax Education System. *Proceedings of the International Conference on Intellectual Capital, Knowledge Management & Organizational Learning*, Volume 4, 334-337.
- Ritsema, C. & Thomas, D. (2003). Economic and behavioral determinants of tax compliance: Evidence from the 1997 Arkana's tax penalty amnesty program. *IRS Research Conference*.
- Richardson, G. (2006). Determinants of tax evasion: A cross-country investigation. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, Volume 15, 150-169.
- Rahmawati, A. (2013). An economic analysis of ecosystem restoration concession policy in Indonesia: a new strategy for sustainable forest management? *International Journal of Green Economics*, Volume 7, 56-70.
- Rua, M. (2018). *O estado, governo e administração pública*. [Em linha]. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/123456789/868> [Acesso em: 2019/03/10].
- Slemrod, J. & Yitzhaki, S. (2002). Tax avoidance, evasion, and administration. *Handbook of Public Economics*, Volume 3, 1423-1470.
- Singh, V. (2003). *Tax Compliance And Ethical Decision-Making. A Malaysian Perspective*, Pearson Malaysia Sdn. Bhd, 1.<sup>a</sup> edição.

Supadmi, N. (2009). Improving Compliance Through Taxpayer Service Quality. *Journal of Accounting and Business*, Volume 4, 1-14.

Saad, N. (2013). Tax Knowledge, Tax Complexity and Tax Compliance: Taxpayers' View. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, Volume 109, 1069-107.

Tittle, C. (1980). Sanctions and Social Deviance: the question of Deterrence. New York. Editora Praeger.

Togler, B. (2002). Speaking to theorists and searching for facts: tax morale and tax compliance in experiments, *Journal of Economics Surveys*, Volume 16, 657-684.

Tojal, P. (2011). *A literacia fiscal: o caso português*. Dissertação de mestrado em Contabilidade, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro [Em linha]. Disponível em: <http://ria.ua.pt/handle/10773/8832> [Acesso em: 2019/04/26].

## ANEXOS

### *Anexo 1 - Inquérito por questionário*

O presente inquérito está integrado no trabalho final de mestrado em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais, que se encontra a ser desenvolvido no ISEG, da UL, e tem como principal objetivo avaliar os conhecimentos dos portugueses em termos fiscais. Os dados recolhidos são de carácter anónimo e confidencial, sendo utilizados exclusivamente para fins académicos, não sendo utilizados para quaisquer outros fins após a conclusão da investigação. O preenchimento do inquérito não deverá demorar mais do que 10 minutos. Agradeço desde já a vossa colaboração e ajuda.

Tabela IV

#### Parte 1 - Dados pessoais e gerais

<b>1 - Sexo</b>
a) Feminino
b) Masculino
<b>2 - Idade:</b>
<b>3 - Região de residência:</b>
a) Norte
b) Centro
c) Área Metropolitana do Porto
d) Área Metropolitana de Lisboa
e) Sul
<b>4 - Escolaridade:</b>
a) 3.º ciclo (9.º ano)
b) Secundário (12.º ano)
c) Licenciatura
d) Mestrado, Pós-graduação ou Doutoramento
e) Outros. Quais:
<b>5 - Área de Estudos:</b>
a) Agrícola
b) Arquitetura/Design
c) Artes
d) Banca/Serviços Financeiros/Seguros
e) Comunicação Social
f) Finanças

g) Desporto
h) Direito
i) Educação
j) Gestão/Economia/Contabilidade
k) Informática
l) Medicina/Enfermagem/Farmácia/Saúde
m) Outras
<b>6 - Área profissional:</b>
a) Trabalhador por conta de outrem
b) Quadro médio (responsável por equipa)
c) Cargo superior (diretor/gerente)
d) Trabalhador por conta própria
e) Forças armadas e de segurança
<b>7 - Valor do rendimento mensal (bruto):</b>
a) Sem rendimentos
b) 600€ - 800€
c) 800€ - 1000€
d) 1000€ - 1500€
e) 1500 € - 2500€
f) > 2.500€
<b>8 - Trabalha para a função pública ou privada?</b>
a) Pública
b) Privada
c) Não aplicável

Fonte: Elaboração própria

Tabela V

## Parte 2 – Sistema Fiscal e IRS

<b>9 - Como categoriza o Sistema Fiscal Português?</b>
a) Simples
b) Médio
c) Complexo
d) Não tenho opinião
<b>10 - Como avalia, em termos gerais, o seu conhecimento fiscal?</b>
a) Inexistente
b) Fraco
c) Médio

d) Bom
<b>11 - Qual é a finalidade dos impostos em Portugal?</b>
a) Obter receitas para o Estado
b) Pagar a dívida pública
c) Financiar as despesas do Estado
d) Não sei
<b>12 - O que significa a sigla IRS?</b>
a) Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
b) Imposto sobre Retenção de Pessoas Singulares
c) Imposto sobre Rendimentos e Seguros
d) Não sei
<b>13 - O que tributa o IRS?</b>
a) Consumo
b) Vendas
c) Rendimentos
d) Não sei
<b>14 - Os rendimentos do trabalho dependente (exemplo: vencimento, prémios, subsídios de férias/natal) estão:</b>
a) Sujeitos a IRS, pelo rendimento bruto total;
b) Sujeitos a IRS, pelo rendimento líquido total;
c) Não sei.
<b>15 - As importâncias obtidas no exercício por conta própria e de qualquer atividade de prestação de serviços estão:</b>
a) Sujeitas a IRS e são tributadas na totalidade, sem qualquer dedução;
b) Sujeitas a IRS e são obrigatoriamente tributadas por um regime simplificado, baseado em coeficientes aplicados aos rendimentos brutos
c) Sujeitas a IRS e podem ser tributadas por um regime de contabilidade organizada ou por um regime simplificado;
d) Não sei.
<b>16 - Os ganhos obtidos com a venda de um apartamento ou de um terreno, caso não seja decorrente da atividade profissional e obtidos por um cidadão residente em território nacional, estão:</b>
a) Sujeitos a IRS pelo o valor total;
b) Sujeitos a IRS, mas o imposto incide apenas sobre metade dos ganhos obtidos;
c) Não sei.
<b>17 - As rendas obtidas pelo arrendamento de um apartamento:</b>
a) Não estão sujeitas a IRS;
b) Estão sujeitas a IRS, incidindo o imposto sobre o valor bruto da renda;

c) Estão sujeitas a IRS incidindo o imposto sobre o valor líquido das rendas, obtido após a dedução das despesas de condomínio, do IMI, entre outras, pago relativo ao apartamento.
d) Não sei.
<b>18 - As retenções na fonte constituem?</b>
a) Adiantamentos por conta do IRS devido em termos finais.
b) São valores que temos que entregar ao Estado e não existe justificação aparente.
c) São valores que as empresas nos retiram todos os meses.
d) Não sei
<b>19 - A partir de que momento é que ficam sujeitos a tributação os rendimentos de trabalho dependente (categoria A)?</b>
a) Desde o momento em que são pagos ou postos à disposição do seu titular, não obstante à tributação o facto de este não os ter efetivamente recebido.
b) Desde o momento em que se gera o recibo de vencimento.
c) Desde o momento em que fazem a transferência do vencimento para a conta do trabalhador.
d) Não sei
<b>20 - Existem um conjunto de rendimentos que, de acordo com certos limites estabelecidos na legislação, não estão sujeitos a tributação em sede de IRS. Estes são:</b>
a) Ajudas de custo, subsídio de alimentação e subsídio de transporte em automóvel próprio.
b) Valor recebido pelas férias não usufruídas no ano.
c) Prémio mensal de acordo com os objetivos atingidos.
d) Não sei.
<b>21 - As rendas auferidas por arrendamento de um imóvel são enquadradas para efeitos de IRS na categoria dos rendimentos prediais, existe a opção de serem englobados como rendimentos de:</b>
a) Categoria A – rendimentos de trabalho dependente;
b) Categoria B- rendimentos empresariais;
c) Categoria H – rendimento de pensões;
d) Não sei.
<b>22 - Quais são as deduções à coleta que existem?</b>
a) Despesas gerais familiares; saúde; educação; encargos com imóveis; encargos com lares; manutenção e reparação de automóveis/motociclos.
b) Despesas gerais familiares; saúde; educação; encargos com imóveis; encargos com lares; manutenção e reparação de automóveis/motociclos, alojamento, restauração e similares; atividades de salões de cabeleireiro.
c) Despesas gerais familiares; saúde; educação; encargos com imóveis; encargos com lares; manutenção e reparação de automóveis/motociclos, alojamento, restauração e similares; atividades de salões de cabeleireiro; atividades veterinárias; passes mensais para utilização de transportes públicos coletivos.
d) Não sei

Fonte: Elaboração própria

Tabela VI

Parte 3 - Cumprimento fiscal

<b>23 - Costuma solicitar fatura com número de contribuinte?</b>
a) Sim
b) Não
<b>24 - Qual é a principal razão pela qual solicita fatura com número de contribuinte?</b>
a) Obter um controlo de gastos
b) Obter benefícios fiscais
c) Concorrer à fatura da sorte
d) Não solicito fatura com número de contribuinte
<b>25 - Valida as faturas que solicitou com número de contribuinte no Portal das Finanças para efeito de consideração nas deduções fiscais de IRS?</b>
a) Sim.
b) Não.
c) Não sabia que era necessário efetuar tal validação.
<b>26 - Quem preenche a sua declaração anual de IRS?</b>
a) Contabilista.
b) Familiar ou amigo.
c) O próprio.
<b>27 - Costuma utilizar os simuladores disponíveis no site da Autoridade Tributária e Aduaneira?</b>
a) Sim.
b) Não.
c) Não sabia que existiam tais ferramentas.
<b>28 - Por norma, cumpre com os prazos das suas obrigações fiscais? Por exemplo: Entrega da Declaração de IRS, pagamento do IMI, pagamento do IUC</b>
1. Sim.
2. Não.
3. Não aplicável.

Fonte: Elaboração própria



**Anexo 2 - Análise dos dados recolhidos e selecionados para a amostra**

Tabela VII

**Parte 1 - Dados sociodemográficos (amostra utilizada)**

<b>Questão</b>	<b>Descrição</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Q. 1. – Sexo	Feminino	122	60,70%
	Masculino	79	39,30%
Q.2 - Idade	Entre os 18 e os 25 anos	69	34,33%
	Entre 26 e 35 anos	80	39,80%
	Entre 36 e 50 anos	32	15,92%
	Superior a 50 anos	20	9,95%
Q.3 – Região de residência	Norte	3	1,49%
	Centro	39	19,40%
	Área Metropolitana do Porto	2	1,00%
	Área Metropolitana de Lisboa	107	53,23%
	Sul	50	24,88%
Q. 4 - Escolaridade	3.º ciclo (9.º ano)	5	2,49%
	Secundário (12.º ano)	18	8,96%
	Licenciatura	89	44,28%
	Mestrado, Pós-graduação ou Doutoramento	88	43,78%
	Outros	1	0,50%
Q. 5 – Área de estudos	Agrícola	18	8,96%
	Arquitetura/Design	8	3,98%
	Artes	4	1,99%
	Banca/Serviços Financeiros/Seguros	10	4,98%
	Comunicação Social	6	2,99%
	Finanças	9	4,48%
	Desporto	4	1,99%
	Direito	7	3,48%
	Educação	9	4,48%
	Gestão/Economia/Contabilidade	59	29,35%
	Informática	10	4,98%
	Medicina/Enfermagem/Farmácia/Saúde	12	5,97%
	Outras	45	22,39%
Q.6 - Situação profissional	Trabalhador por conta de outrem	168	83,58%
	Quadro médio (responsável por equipa)	11	5,47%
	Cargo superior (diretor/gerente)	5	2,49%
	Trabalhador por conta própria	10	4,98%

Q.7 - Valor do rendimento mensal (bruto):	Forças armadas e de segurança	3	1,49%
	Outros	4	1,99%
	600€ - 800€	20	9,95%
	800€ - 1.000€	38	18,91%
	1.000€ - 1.500€	86	42,78%
	1.500€ - 2.500€	46	22,89%
	> 2.500€	11	5,47%
Q. 8 -Trabalha para a função pública ou privada?	Pública	67	33,33%
	Privada	134	66,67%

Fonte: Elaboração própria

Tabela VIII

Parte 2 - Questões para aferir o nível de literacia fiscal dos contribuintes (amostra utilizada)

Questão	Descrição	N	%
Q. 9 – Como categoriza o Sistema Fiscal Português?	Simplex	10	4,98%
	Médio	45	22,39%
	Complexo	130	64,68%
	Não tenho opinião	16	7,96%
Q.10 - Como avalia, em termos gerais, o seu conhecimento fiscal?	Inexistente	22	10,95%
	Fraco	86	42,79%
	Médio	71	35,32%
	Bom	22	10,95%
Q.11 – Qual é a finalidade dos impostos em Portugal?	<b>Obter receitas para o Estado</b>	75	37,31%
	Pagar a dívida pública	16	7,96%
	Financiar as despesas do Estado	81	40,30%
	Não sei	29	14,43%
Q. 12 - O que significa a sigla IRS?	<b>Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares</b>	160	79,60%
	Imposto sobre Retenção das Pessoas Singulares	8	3,98%
	Imposto sobre Rendimentos e Seguros	5	2,49%
	Não sei	28	13,93%
Q. 13 – O que tributa o IRS?	Consumo	9	4,48%
	Vendas	5	2,49%
	<b>Rendimentos</b>	160	79,60%

	Não sei	27	13,43%
Q.14 - Os rendimentos do trabalho dependente (exemplo: vencimento, prémios, subsídios de férias/natal) estão:	<b>Sujeitos a IRS, pelo rendimento bruto total</b>	134	66,67%
	Sujeitos a IRS, pelo rendimento líquido total	21	10,45%
	Não sei	46	22,89%
Q.15 - As importâncias obtidas no exercício por conta própria e de qualquer atividade de prestação de serviços estão:	Sujeitas a IRS e são tributadas na totalidade, sem qualquer dedução	12	5,97%
	Sujeitas a IRS e são obrigatoriamente tributadas por um regime simplificado, baseado em coeficientes aplicados aos rendimentos brutos	21	10,45%
	<b>Sujeitas a IRS e podem ser tributadas por um regime de contabilidade organizada ou por um regime simplificado</b>	97	48,26%
	Não sei	71	35,32%
Q. 16 - Os ganhos obtidos com a venda de um apartamento ou de um terreno, caso não seja decorrente da atividade profissional e obtidos por um cidadão residente em território nacional, estão:	Sujeitos a IRS pelo o valor total	76	37,81%
	<b>Sujeitos a IRS, mas o imposto incide apenas sobre metade dos ganhos obtidos</b>	59	29,35%
	Não sei	66	32,84%
Q. 17 - As rendas obtidas pelo arrendamento de um apartamento	Não estão sujeitas a IRS	7	3,48%
	Estão sujeitas a IRS, incidindo o imposto sobre o valor bruto da renda	49	24,38%
	<b>Estão sujeitas a IRS incidindo o imposto sobre o valor líquido das rendas, obtido após a dedução das despesas de condomínio, do IML, entre outras, pago relativo ao apartamento</b>	81	40,30%
	Não sei	64	31,84%
Q. 18 - As retenções na fonte constituem?	<b>Adiantamentos por conta do IRS devido em termos finais</b>	121	60,20%
	São valores que temos que entregar ao Estado e não existe justificação aparente.	7	3,48%

	São valores que as empresas nos retiram todos os meses.	17	8,46%
	Não sei	56	27,86%
Q. 19 - A partir de que momento é que ficam sujeitos a tributação os rendimentos de trabalho dependente (categoria A)?	<b>Desde o momento em que são pagos ou postos à disposição do seu titular, não obstante à tributação o facto de este não os ter efetivamente recebido</b>	80	39,80%
	Desde o momento em que se gera o recibo de vencimento	44	21,89%
	Desde o momento em que fazem a transferência do vencimento para a conta do trabalhador	12	5,97%
	Não sei	65	32,34%
Q. 20 - Existem um conjunto de rendimentos que, de acordo com certos limites estabelecidos na legislação, não estão sujeitos a tributação em sede de IRS. Estes são:	<b>Ajudas de custo, subsídio de alimentação e subsídio de transporte em automóvel próprio</b>	128	63,68%
	Valor recebido pelas férias não usufruídas no ano	8	3,98%
	Prémio mensal de acordo com os objetivos atingidos	15	7,46%
	Não sei	50	24,88%
Q. 21 - As rendas auferidas por arrendamento de um imóvel são enquadradas para efeitos de IRS na categoria dos rendimentos prediais, existe a opção de serem englobados como rendimentos de:	Categoria A – rendimentos de trabalho dependente	35	17,41%
	<b>Categoria B- rendimentos empresariais</b>	57	28,36%
	Categoria H – rendimento de pensões	18	8,96%
	Não sei	91	45,27%
Q. 22 - Quais são as deduções à coleta que existem?	Despesas gerais familiares; saúde; educação; encargos com imóveis; encargos com lares; manutenção e reparação de automóveis/motociclos	15	7,46%
	Despesas gerais familiares; saúde; educação; encargos com imóveis; encargos com lares; manutenção e reparação de automóveis/motociclos, alojamento, restauração e similares; atividades de salões de cabeleireiro	15	7,46%
	<b>Despesas gerais familiares; saúde; educação; encargos com imóveis; encargos com lares; manutenção e reparação de automóveis/motociclos, alojamento,</b>	115	57,51%

	<b>restauração e similares; atividades de salões de cabeleireiro; atividades veterinárias; passes mensais para utilização de transportes públicos coletivos.</b>		
	Não sei	56	27,86%

Fonte: Elaboração própria

Tabela IX

Parte 3 - Dados relativos ao cumprimento fiscal dos inquiridos (amostra utilizada)

<b>Questão</b>	<b>Descrição</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Q. 23 – Costuma solicitar fatura com número de contribuinte?	<b>Sim</b>	167	83,08%
	Não	34	16,92%
Q. 24 - Qual é a principal razão pela qual solicita fatura com número de contribuinte?	Obter um controlo de gastos	21	10,45%
	<b>Obter benefícios fiscais</b>	137	68,16%
	Concorrer à fatura da sorte	18	8,96%
	Não solicito fatura com número de contribuinte	25	12,44%
Q. 25 – Valida as faturas que solicitou com número de contribuinte no Portal das Finanças para efeito de consideração nas deduções fiscais de IRS?	<b>Sim</b>	158	78,61%
	Não	25	12,44%
	Não sabia que era necessário efetuar tal validação	18	8,96%
Q. 26 - Quem preenche a sua declaração anual de IRS?	Contabilista	40	19,90%
	Familiar ou amigo	80	39,80%
	<b>O próprio</b>	81	40,30%
Q. 27 – Costuma utilizar os simuladores disponíveis no site da Autoridade Tributária e Aduaneira?	<b>Sim</b>	98	48,76%
	Não	36	17,91%
	Não sabia que existiam tais ferramentas	67	33,33%
Q. 28 - Por norma, cumpre com os prazos das suas obrigações fiscais? Por exemplo: Entrega da Declaração de IRS, pagamento do IMI, pagamento do IUC	<b>Sim</b>	179	89,05%
	Não	22	10,95%

Fonte: Elaboração própria

**Anexo 3 – Outputs SPSS para a análise das hipóteses formuladas**

Tabela X

Resumo de processamento do caso

	N	Percentagem
<b>Casos selecionados</b>		
<b>Incluído na análise</b>	201	100%
<b>Casos ausentes</b>	0	0
<b>Total</b>	201	100%
<b>Casos não selecionados</b>	0	0
<b>Total</b>	<b>201</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria com base no SPSS

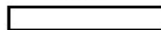
Tabela XI

Codificação da variável dependente

Valor original	Valor interno
<b>Não tem Literacia Fiscal</b>	0
<b>Tem Literacia Fiscal</b>	1

Fonte: Elaboração própria com base no SPSS

**Lista entre  
casos<sup>a</sup>**



a. O plot entre  
casos não  
é produzido  
porque  
nenhum  
valor  
discrepant  
e foi  
encontrado

**Figura 2 – Outliers** | Fonte: SPSS

Tabela XII

Tabela de Classificação do Bloco inicial (Modelo sem nenhuma variável independente)

Nível observado	Nível de Literacia Fiscal		
	Não tem Literacia Fiscal	Tem Literacia Fiscal	Percentagem correta
Não tem Literacia Fiscal	117	0	100
Tem Literacia Fiscal	84	0	0
<b>Percentagem global</b>			<b>58,20</b>

Fonte: Elaboração própria com base no SPSS

Tabela XIII

Histórico de interação do Bloco inicial

Interação	Verosimilhança de LOG -2
<b>Etapla 1</b>	58,780
<b>Etapla 2</b>	58,778
<b>Etapla 3</b>	58,778

Fonte: Elaboração própria com base no SPSS

Tabela XIV

Tabela de Classificação do modelo com as variáveis independentes

Nível observado	Nível de Literacia Fiscal		
	Não tem Literacia Fiscal	Tem Literacia Fiscal	Percentagem correta
Não tem Literacia Fiscal	89	28	76,10
Tem Literacia Fiscal	33	51	60,70
<b>Percentagem global</b>			<b>69,70</b>

Fonte: Elaboração própria com base no SPSS

Tabela XV

Testes de coeficientes do Modelo Omnibus

Etapla 1	Qui-Quadrado	df	Sig.
<b>Etapla</b>	64,673	7	0,000
<b>Bloco</b>	64,673	7	0,000
<b>Modelo</b>	64,673	7	0,000

Fonte: Elaboração própria com base no SPSS

A presente tabela (Tabela XV) apresenta o teste do rácio de verosimilhanças. Sendo  $G^2(7) = 64,673$ ;  $p\text{-value} < 0,001$ , podemos concluir que existe pelo menos uma variável independente no modelo com poder preditivo sobre a variável dependente.

Tabela XVI

Resumo do Modelo

Etapa	Verosimilhança de LOG -2	$R^2$ de Cox & Snell	$R^2$ de Nagelkerke
1	34,105	0,285	0,386

Fonte: Elaboração própria com base no SPSS

O presente quadro apresenta a estatística -2LL, que pode ser utilizada para avaliar a qualidade do ajustamento. Os valores que são apresentados nesta tabela devem ser menores quando comparados com o modelo inicial (*vide* Tabela XIV), pois isto indica que o novo modelo está a prever com maior precisão. Como tal acontece, percebemos que o modelo se ajusta aos dados.

Este quadro apresenta ainda os valores dos pseudo- $R^2$  de Cox & Snell e Nagelkerke, sendo esta uma outra forma de avaliar a dimensão do efeito do modelo. Contudo, Shtatland *et al.* (2002), citado por Maroco (2010), consideram a utilização de diferentes pseudo- $R^2$  na regressão logística e concluíram que a estatística que apresenta uma melhor interpretabilidade é o  $R^2$  de McFadden. Neste caso,  $R^2_{MF} = 0,6548^5$ , o que releva que o modelo tem uma qualidade adequada.

Tabela XVII

Teste de Hosmer e Lemeshow

Etapa	Qui-Quadrado	df	Sig.
1	5,789	8	0,671

Fonte: Elaboração própria com base no SPSS

Analisando o Teste de Hosmer e Lemeshow, e sendo que  $X^2_{HL}(7) = 5,786$ ,  $p\text{-value} = 0,671$ , podemos concluir que os valores estimados pelo modelo são próximos dos valores observados, i.e., o modelo ajusta-se aos dados.

<sup>5</sup> Onde  $R^2_{MF} = 1 - [\ln(L_C) / \ln(L_0)] = 1 - \frac{34,105}{64,673+3,105} = 0,6548$